

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021





**AMAZONAS ENERGIA S.A.**

**Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2021**

Com o relatório dos auditores independentes

# **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

## **Demonstração financeiras**

**31 de dezembro de 2021**

### **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	3
Demonstração financeiras	
Balço patrimonial .....	7
Demonstração dos resultados .....	9
Demonstração dos resultados abrangentes .....	10
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	11
Demonstração dos fluxos de caixa .....	12
Demonstração do valor adicionado .....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	16

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e acionistas  
**Amazonas Energia S.A.**  
Manaus - Amazonas

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazonas Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amazonas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para a opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia vem incorrendo em prejuízos, sendo R\$ 319.781 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 918.143 mil em 2020) e, nessa data, apresentou excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante em R\$ 598.903 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 2.831.873 mil (R\$ 2.359.825 mil em 31 de dezembro de 2020). A Administração vem dando seguimento ao processo de reestruturação, objetivando sua adequação operacional, de forma a rentabilizar suas atividades. Nesse sentido, a Companhia apresentou em 23 de dezembro de 2021 o Plano de Resultados ao órgão regulador, demonstrando o alcance do equilíbrio operacional a partir de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas pressupondo a continuidade normal das operações da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 30 de junho de 2021, com ressalva relacionadas aos seguintes assuntos: a) reconhecimento integral de obrigação de ressarcimento do AIC (Ativo Imobilizado em Curso), conforme contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Eletrobrás, que havia sido assinado em exercício anterior, sem a retificação dos valores correspondentes, conforme requerido pela NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa Contábil e Retificação de Erro; b) reversão de provisão de encargos setoriais (ultrapassagem de demanda e excedente de reativo), cujos critérios de desreconhecimento ocorreram em exercícios anteriores; c) correção das bases de depreciação de certos ativos intangíveis fruto do Processo de Revisão Tarifária Extraordinária – RTE relativas a exercícios anteriores; d) gastos incorridos em exercícios anteriores que deveriam ter sido capitalizados como parte dos ativos intangíveis da Companhia, por serem diretamente atribuíveis a projetos de investimento; e e) a Companhia apresentou na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na rubrica de Receitas (despesas) operacionais o montante de R\$ 13.872 mil, dos quais 387.312 mil se referem a despesas gerais e administrativas, sendo R\$ 313.601 decorrentes de baixa de recebíveis de parcelamentos não reconciliados.

### Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, em 2019, a Companhia realizou o desreconhecimento de ativos (direito de ressarcimento) e passivos (empréstimos, financiamentos e debêntures) vinculados à MP 855/2018, com base nos itens 3.2.4 a 3.2.8 na NBC TG 48 – Instrumentos financeiros. Em 2021, o Ofício Aneel 398/2021 de 04 de novembro de 2021, apontou glosas inicialmente previstas por fiscalização já definida na MP 855/2018, levando a Administração a reavaliar esse assunto e concluir que os critérios de desreconhecimento não haviam sido atendidos em sua totalidade e que, portanto, esses ativos e passivos não deveriam ter sido desreconhecidos. Adicionalmente, a Administração para uma melhor apresentação, reclassificou o montante de R\$ 11.591 do grupo “Outros Ativos” para o grupo “Direito de Ressarcimento”, tendo em vista tratar-se de valores de mesma natureza. Desta forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, examinamos

também os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras do exercício anterior. Concluimos que tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluimos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

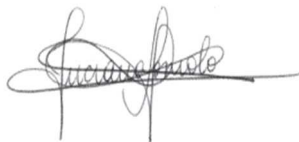
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2022.

**Crowe Macro Auditores Independentes**

CRC 2SP033508/O-1



**Luciana Toniolo Meira**

Contador – CRC1SP254.829/O-8



**Fábio Debiaze Pino**

Contador – CRC1SP251154/O-9

**AMAZONAS ENERGIA S.A.**Balanço patrimonial em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b> <b>(Reapresentado)</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	11	107.266	108.365
Títulos e valores mobiliários	12	32.209	40.218
Consumidores	14	1.055.218	882.666
Concessionárias e permissionárias	15	205.294	418.609
Tributos	16	169.526	288.347
Almoxarifado operacional	17	30.005	55.262
Investimentos temporários	13	-	405
Ativos financeiros setoriais	19	354.353	698.204
Direito de ressarcimento	18	956.844	732.814
Ativos indenizados	20	276.003	253.003
Outros ativos	21	66.162	101.415
		<b>3.252.880</b>	<b>3.579.308</b>
<b>Não Circulante</b>			
Consumidores	14	245.823	196.410
Concessionárias e permissionárias	15	1.499	1.716
Tributos	16	1.670.552	1.210.264
Depósitos judiciais e caução	30	315.978	441.600
Investimentos temporários	13	130.106	124.756
Ativos financeiros setoriais	19	-	727.547
Direito de ressarcimento	18	571.880	859.988
Ativos Indenizados	20	299.004	575.007
Ativo contratual	22	461.517	60.447
Ativo financeiro	22	209.913	126.407
Investimentos	-	21.914	17.968
Imobilizado	24	61.972	85.694
Intangível	23	1.911.539	1.842.211
		<b>5.901.697</b>	<b>6.270.015</b>
<b>Total</b>		<b>9.154.577</b>	<b>9.849.323</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**AMAZONAS ENERGIA S.A.**Balança patrimonial em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b> <b>(Reapresentado)</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	26	1.190.056	1.182.723
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27	1.549.305	426.467
Obrigação sociais e trabalhistas	28	17.630	20.420
Tributos	16	653.276	347.508
Passivos financeiros setoriais	19	365.714	519.997
Passivo ressarcível	27.4	-	68.881
Outros passivos	29	75.802	244.068
		<b>3.851.783</b>	<b>2.810.064</b>
<b>Não Circulante</b>			
Fornecedores	26	-	1.188.448
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27	6.346.835	5.638.170
Benefício pós emprego	-	-	2.919
Tributos	16	9.168	-
Provisão para litígios	30	1.156.599	1.491.382
Tributos diferidos	16.1	181.797	313.661
Obrigação de ressarcimento	18	402.154	402.154
Passivo ressarcível	27.4	-	390.324
Outros passivos	29	38.114	152.026
		<b>8.134.667</b>	<b>9.579.084</b>
<b>Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)</b>			
Capital social	31	11.146.667	11.146.667
Outros resultados abrangentes		734.578	706.845
Prejuízos acumulados		(14.713.118)	(14.393.337)
		<b>(2.831.873)</b>	<b>(2.539.825)</b>
<b>Total</b>		<b>9.154.577</b>	<b>9.849.323</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	32	<b>6.104.917</b>	<b>5.012.453</b>
<b>Custo com Energia Elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	33	(8.208.245)	(6.306.996)
<b>Custo de Operação</b>	34.1	<b>2.941.001</b>	<b>1.616.560</b>
Pessoal, material e serviços de terceiros	-	(497.158)	(651.247)
Depreciação e amortização	-	(64.243)	(61.030)
Combustível para produção de energia elétrica	-	(515.320)	(597.919)
Recuperação de despesas - CCC	-	3.565.900	3.224.049
Outros	34.2	451.822	(297.293)
<b>Custo de construção</b>	34.3	<b>(479.493)</b>	<b>(386.832)</b>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>358.180</b>	<b>(64.815)</b>
Receitas (Despesas) Operacionais	34.4	(348.361)	13.872
<b>Resultado do serviço de energia elétrica</b>		<b>9.819</b>	<b>(50.943)</b>
Resultado financeiro	35	(566.988)	(563.415)
<b>Resultado antes da participação societária</b>		<b>(557.169)</b>	<b>(614.358)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	4.216	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(552.953)</b>	<b>(614.358)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	16.1	131.864	(313.661)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	101.308	9.876
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(319.781)</b>	<b>(918.143)</b>
<b>Prejuízo por Ação</b>		(0,0165)	(0,0473)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(319.781)</b>	<b>(918.143)</b>
Outros resultados abrangentes	504	(343)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(319.277)</u></b>	<b><u>(918.486)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>11.146.667</b>	<b>(2.886)</b>	<b>(13.475.194)</b>	<b>(2.331.413)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(918.143)	(918.143)
Perda atuarial	-	(343)	-	(343)
Transação com acionistas - AIC Ressarcível (nota 27.4)	-	(447.188)	-	(447.188)
Transação com acionistas - Tributos CCC	-	1.157.262	-	1.157.262
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>11.146.667</b>	<b>706.845</b>	<b>(14.393.337)</b>	<b>(2.539.825)</b>
Ganho atuarial	-	504	-	504
Transação com acionistas - AIC Ressarcível (nota 27.4)	-	27.229	-	27.229
Prejuízo do exercício	-	-	(319.781)	(319.781)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>11.146.667</b>	<b>734.578</b>	<b>(14.713.118)</b>	<b>(2.831.873)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AMAZONAS ENERGIA S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
		(Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa nas atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(319.781)</b>	<b>(918.143)</b>
<b>Ajustes p/ reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	77.087	74.831
Depreciação e amortização complementar	-	282.423
Ganhos pelo valor da indenização	(25.868)	(21.466)
Atualização do AIC Ressarcível	-	12.017
Custo de captação AVJ	(727.547)	(52.150)
Receita de captação AVJ	-	52.150
Encargos financeiros – Empréstimos Eletrobras	253.545	424.947
Encargos financeiros de Eletronorte	61.844	-
Encargos financeiros – Bradesco	135	88
Encargos financeiros de Eletronorte ICD4 - 2021	100.146	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(79)	(16.279)
Atualização monetária das contingências	120.544	186.293
Atualização monetária de ativos e passivos regulatórios	(42.052)	(17.882)
Atualização monetária de ativos e passivos regulatórios CVA	-	(5.191)
Atualização monetária ativo setorial - designadas emprés. RGR	-	(88.228)
Variação monetária ativa	(31.385)	(47.354)
Variação monetária passiva	36.246	-
Acréscimo moratório sobre energia vendida	(74.529)	(75.020)
Descontos condicionais sobre energia vendida	39.301	1.770
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(131.864)	313.661
Imposto de renda e contribuição social	(101.308)	(9.876)
AVP – Avaliação atuarial	504	(343)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(3.946)	-
Valor Novo de Reposição – VNR	(267.326)	(572.336)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	161.264	500.459
Reversão Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(422.913)	(478.617)
Perdas com clientes	353.734	328.586
Provisão para contingências judiciais	434.656	316.183
Reversão para contingências judiciais	(432.564)	(403.461)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	-	59.951
Perdas com estoque	-	(71.506)
Provisão para redução ao valor recuperável de estoques	-	(78)
Baixa de ativo imobilizado	-	57
Baixa de ativo intangível	74.782	176.153
	<b>(867.374)</b>	<b>(48.361)</b>

**AMAZONAS ENERGIA S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>(Continuação)</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
		<b>(Reapresentado)</b>
<b>Varição no ativo circulante</b>		
Contas bancárias vinculadas	-	(11.500)
Títulos e valores mobiliários	8.009	(15.214)
Consumidores	(229.409)	(248.843)
Concessionárias e permissionárias	213.315	(204.049)
Estoques	25.257	126.846
Investimentos temporários	405	95.534
Tributos e contribuição sociais	198.248	(276.083)
Direito de ressarcimento	(224.030)	(26.263)
Ativos indenizados	2.868	(231.537)
Ativos regulatórios - CTG 08	385.903	(56.629)
Outros	30.392	(44.747)
	<b>410.958</b>	<b>(892.485)</b>
<b>Varição no ativo não circulante</b>		
Consumidores	(49.413)	3.058
Concessionárias e permissionárias	217	(1.025)
Tributos e contribuição sociais	(460.288)	(18.959)
Investimentos temporários	(5.350)	(3.277)
Direito de Ressarcimento	288.108	393.808
Ativos Indenizados	276.003	(1.022.194)
Ativos regulatórios	727.547	-
	<b>776.824</b>	<b>(648.589)</b>
<b>Varição no passivo circulante</b>		
Fornecedores	7.333	(27.400)
Tributos e contribuição sociais	300.332	187.178
Obrigação sociais	(2.790)	(14.226)
AIC Ressarcível	(68.881)	68.881
Passivos regulatórios - CTG 08	(154.283)	311.135
Outros	(168.770)	(18.548)
	<b>(87.059)</b>	<b>507.020</b>
<b>Varição no passivo não circulante</b>		
Fornecedores	(1.188.448)	913.589
Obrigação de Ressarcimento	-	(314.669)
AIC Ressarcível	(362.591)	378.307
Tributos e contribuição sociais	9.168	447.757
Benefício pós emprego	(2.919)	-
Obrigação especiais - ativo financeiro contratual	-	165.211
Obrigação especiais - ativo intangível	-	723.129
Obrigação especiais - ativo imobilizado	-	20
Provisões para causas judiciais	(457.418)	-
Outros	(113.912)	72.080
	<b>(2.116.120)</b>	<b>2.385.424</b>

**AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>(Continuação)</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
		<b>(Reapresentado)</b>
Pagamento de encargos Eletrobras	(228.528)	(199.972)
Pagamento de encargos Eletronorte	(61.167)	-
Depósitos judiciais	125.701	(44.035)
	<b>(163.994)</b>	<b>(244.007)</b>
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais</b>	<b>(2.046.765)</b>	<b>1.059.002</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo contratual	(388.959)	(514.878)
Aquisição de ativo financeiro	(3.433)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(24.350)	(41.477)
Aquisição de ativo intangível	(6.779)	(8.442)
Aquisição de ativo intangível - concessão	8.796	-
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento</b>	<b>(414.725)</b>	<b>(564.797)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	2.970.799	2.540
Captação novos instrumentos financeiros - dívida	-	220.000
Pagamentos de financiamentos - Bradesco	(1.170)	(936)
Pagamentos de instrumentos financeiros - dívida	-	(602.217)
Pagamento de parcelamento	(2.217)	-
Pagamentos Eletrobras	(30.652)	(49.547)
Pagamentos Eletronorte	(476.369)	-
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento</b>	<b>2.460.391</b>	<b>(430.160)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.099)</b>	<b>64.045</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	108.365	29.463
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	107.266	93.508
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.099)</b>	<b>64.045</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**AMAZONAS ENERGIA S.A.**Demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Geração do valor adicionado</b>		<b>6.720.462</b>	<b>5.307.520</b>
Receitas de vendas de energia e serviços	-	6.698.828	5.478.673
Outras receitas	-	21.634	(171.153)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>5.631.027</b>	<b>4.420.408</b>
Custo da energia elétrica comprada	33	8.208.245	6.306.996
Serviços de terceiros	-	414.889	528.517
Material	-	54.179	25.842
Combustíveis p/produção de energia elétrica	34.1	515.320	597.919
Recuperação de despesa - CCC	34.1	(3.565.900)	(3.224.049)
Custo de construção	34.3	479.493	386.832
Perdas em estoque	-	-	(78)
Valor novo de reposição – VNR	34.4	(267.326)	(572.336)
Outros	-	(207.873)	370.765
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>1.089.435</b>	<b>887.112</b>
<b>Retenção</b>		<b>279.535</b>	<b>211.757</b>
Depreciação e amortização	-	75.576	74.831
(Provisões) reversões de provisões	-	203.959	136.926
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>809.900</b>	<b>675.356</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>226.650</b>	<b>1.916.821</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	4.216	-
Receitas financeiras	-	222.434	1.916.821
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>1.036.550</b>	<b>2.592.176</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Remuneração do trabalho</b>		<b>168.647</b>	<b>219.728</b>
<b>Governos (Impostos e contribuição)</b>		<b>218.069</b>	<b>662.481</b>
Contribuição sociais INSS e FGTS		36.973	39.021
COFINS e PIS/PASEP		414.268	319.675
Imposto de Renda e Contribuição Social		(233.172)	303.785
<b>Financiadores</b>		<b>789.972</b>	<b>2.481.565</b>
Encargos de dívidas, variação monetária e outros		789.422	2.480.235
Aluguéis		550	1.330
<b>Encargos setoriais</b>		<b>179.643</b>	<b>146.545</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(319.781)</b>	<b>(918.143)</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>1.036.550</b>	<b>2.592.176</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **1 Contexto operacional**

A Amazonas Energia S.A. (“Companhia” ou “AmE”), constituída na forma de sociedade anônima, é uma sociedade de capital fechado, de direito privado, tendo como atividade principal a distribuição de energia elétrica. Sua sede está localizada na Avenida Sete de Setembro, nº 2.414, Cachoeirinha - Manaus - Amazonas.

A Companhia detém a concessão para a exploração de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 01/2019-ANEEL, celebrado em 11 de abril de 2019, vigente até 10 de abril de 2049 (para mais informação e contexto dessa concessão, vide Nota Explicativa nº 2.1).

Não bastassem os desafios já conhecidos pelos novos Controladores, em menos de um ano da nova concessão, a pandemia de Covid-19 alterou bruscamente os rumos do setor elétrico em decorrência das medidas de enfrentamento, tais como: o isolamento social que resultou no desaceleramento econômico, em redução do consumo e aumento dos índices de inadimplência e de perdas não técnicas.

Tais medidas afetaram a atividade econômica, desencadeando uma crise em toda cadeia de produção do país, conseqüentemente causando fechamento de muitas empresas, aumentando a taxa de desemprego, reduzindo a renda das famílias e por seu poder de compra, sem se falar, claro, no consumo de energia elétrica e aumento da inadimplência.

As festas de fim de ano, em dezembro de 2020, agravaram os casos de Covid, fazendo com que Manaus novamente registrasse um grande aumento do número de internação. Só nos nove primeiros dias de janeiro de 2021, a cidade registrou um total de 1.524 novas internação.

Com isso o Amazonas adentrou novamente em fase de alto risco da pandemia, o que culminou inclusive na decretação de toque de recolher em sua capital Manaus, a situação chegou a patamares tão dramáticos que o alto número de internação em 14 de janeiro de 2021, ocasionou um ápice na demanda de oxigênio, o qual não foi suprido de imediato provocando a morte de vários pacientes, além da remoção de dezenas de doentes para outros Estados, evento com grande repercussão na mídia nacional.

Com a retomada das medidas de distanciamento social, necessárias para conter o maior número de infectados nesta segunda onda que vivenciamos, a imposição de restrição sobre a atividade de empresas de diversos segmentos, ocasionou novamente a diminuição da renda das famílias que conseqüentemente resultando em atrasos dos compromissos financeiros dos consumidores, razão pela qual a Amazonas Energia apresentou a correspondência CTA DR 043/20219, de 04 de maio de 2021, apresentando os impactos decorrentes da segunda onda da pandemia de COVID-19 no Amazonas e solicitando a liberação de recursos adicionais para fazer frente às dificuldades financeiras decorrentes dessa grave crise.

Além desses aspectos, a pandemia fomentou no Estado a publicação de diversas “LEIS INVASORAS” que foram aprovadas pelo legislativo estadual e que impactam diretamente as atividades da Distribuidora, conforme será apresentado a seguir. No período da pandemia, foram publicadas leis que versam sobre temas de competência exclusiva da União, de legislar sobre energia elétrica, conforme preconiza a Constituição Federal, ampliando, por

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

exemplo, o teor da Resolução Normativa nº 878/2020 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que já endereçava adequadamente o tema da suspensão do fornecimento.

Assim, a Amazonas Energia ficou impedida de atuar em uma das ações mais efetivas de combate à inadimplência por conta das leis estaduais e da tutela de urgência que, ratifica essas leis, e inclusive estabelecem multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por consumidor afetado. A seguir destacamos as leis que impactam diretamente a prestação do serviço e as ações de combate às perdas elétricas:

- Lei nº. 5.143, de 26/03/2020 – Dentre outros assuntos, “proíbe” que as concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica realizem o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento, em situação de extrema gravidade social, incluindo pandemias.
- Lei nº. 5.145 de 26/03/2020 – Que, dentre outras disposições, veda a interrupção de serviços essenciais por falta de pagamento, pelas concessionárias de serviços públicos e, ainda, em seu artigo 4º, suspendendo a incidência de multas e juros por atraso de pagamento das faturas de serviços públicos concedidos, enquanto perdurar o Plano de Contingência adotado pela Secretaria de Saúde do Amazonas, em decorrência da pandemia.
- Lei nº. 5.347 de 16/12/2020 – que veda o reajuste que majore tarifas de serviços público concedido, durante a vigência de estado de emergência da saúde ou calamidade pública que incorra na necessidade de isolamento social.
- Lei nº. 5.232 de 09/09/2020 - altera a Lei Ordinária nº. 5.143, de 26 de março de 2020, que “proíbe” que as concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica realizem o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento, em situação de extrema gravidade social, incluindo pandemias.

A Amazonas Energia por sua vez, buscou combater cada uma das leis acima mencionadas, por meio de articulação com parlamentares e ainda através de Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, com participação direta da Amazonas Energia, sem, no entanto, obter êxito junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, ou superá-las em um curto espaço de tempo.

As leis Invasoras geram efeitos que repercutem diretamente na prestação do serviço, pois proíbe a Distribuidora de promover, sem qualquer contrapartida, a suspensão do fornecimento de energia elétrica à população, por motivo de inadimplência e, ainda, indiscriminadamente, proíbe a imposição de multa e a fluência de juros moratórios sobre os débitos em causa, o que afeta diretamente a arrecadação da Amazonas Energia.

Importante ressaltar que, desde a assinatura do Contrato de Concessão nº. 001/2019-ANEEL a Amazonas Energia tem a responsabilidade e o compromisso de construir uma nova história na prestação do serviço público de distribuição de energia no estado do Amazonas. E nesta busca pela excelência, adotou medidas efetivas de reestruturação da Companhia, tais como:

- Atualização cadastral dos ativos do sistema elétrico da capital e do interior do Estado;
- Ação de modernização de processos internos com ênfase na otimização de recursos e na eficiência operacional;

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Ampliação do número de equipes de campo atuando nos serviços comerciais, ação de combate às perdas e inadimplência;
- Investimentos em ampliação, manutenção e melhorias do sistema elétrico, melhorando a qualidade do fornecimento; e
- Revitalização e ampliação de lojas de atendimento, melhorando o atendimento prestado ao consumidor.

Adicionalmente, foi iniciado um plano de modernização e digitalização de serviços e processos, que trazem mais celeridade, transparência e integridade de dados e melhoram a prestação do serviço, tais como:

- Implantação do novo sistema de gestão empresarial – SAP;
- Implantação do novo sistema técnico de gestão da distribuição - HEXAGON;
- Implantação de um sistema de controle de frota remoto;
- Ação de modernização do sistema comercial;
- Implantação de aplicativo móvel para serviços comerciais em plataformas IOS e Android;
- Implantação de chatbot no site, telegram e whatsapp com os serviços comerciais;
- Remodelagem do site com implementação de Avatar com assistência em leitura em língua brasileira de sinais;
- Remodelagem da agência web virtual;
- Ferramenta interativa de simulação de consumo de energia, disponível no site da Companhia; e
- Implementação de sistema de telemedição, grupo A, média tensão e grupo B, fase 1.

Em relação as pessoas da organização, que são fundamentais para o alcance dos objetivos pretendidos, medidas essenciais para o equacionamento dos custos operacionais à luz da regulação vigente e custos eficientes, foram adotadas, tais como:

- Definição de uma nova cultura organizacional, descrita por meio da Missão, Visão e Valores, construídos em conjunto com os colaboradores e menos verticalizada para dar celeridades aos processos;
- Implantação de um novo Plano de Cargos e Salários, com base em boas práticas do mercado, moderno e com reconhecimento pelo desempenho;
- Implantação do Programa Trainee, visando a adequação do quadro de pessoal e o rápido processo de sucessão do conhecimento;
- Implantação de Projetos com ação de cidadania e responsabilidade social;
- Implantação da nova Política de Segurança do Trabalho, visando fortalecer e capacitar as equipes, alinhada a uma cultura que preza pela segurança em primeiro lugar; e
- Implantação do projeto “Gente que Brilha”, visando a valorização das pessoas quanto à adequação da nova cultura, por meio do reconhecimento dos comportamentos relacionados aos valores da Companhia.

Com medidas estruturantes como estas, a Amazonas Energia melhorou seus resultados operacionais, e continua na busca contínua pela sustentabilidade do negócio, com tais ação se prepara para superar os desafios da concessão do Estado.

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **Monitoramento da Companhia pelo órgão regulador quanto à sustentabilidade econômico-financeira**

Por meio do ofício nº 351/2021–SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2021, com fundamento na análise apresentada na Nota Técnica nº 189/2021-SFF/ANEEL, de 20 de dezembro de 2021, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF concluiu a análise do monitoramento efetuado ao longo dos últimos dois primeiros anos do novo contrato de Concessão quanto aos aspectos econômico-financeiros. A Amazonas Energia, ao elaborar o plano de resultados requerido objetivou equacionar a situação econômico-financeiro da concessão.

Nesse sentido, a Amazonas Energia apresentou Plano de Resultados contendo as planilhas com os demonstrativos contábeis projetados até o ano de 2030, como o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto), nos termos da contabilidade regulatória na data base de 30 de setembro de 2020.

Importante ressaltar que diversos fatores contribuíram para o crescente desequilíbrio econômico-financeiro da concessão na última década, dentre os quais destacam-se:

- i) a expressiva carteira de créditos a receber do fundo CCC, no período de agosto de 2013 até novembro de 2014, os reembolsos do Fundo foram feitos com uma defasagem de tempo em média de 127 dias, o que impediu de honrar compromissos com fornecedores. O ponto que se faz necessário destacar é que esse desalinhamento entre a necessidade de reembolso e os pagamentos de fato recebidos do Fundo CCC causaram prejuízos crescentes à Companhia, tendo em vista que, após a Lei nº 12.111/09, no cálculo tarifário da Amazonas Energia passou a contemplar apenas custos de distribuição;
- ii) a ausência de neutralidade financeira da sobrecontratação estrutural e involuntária;
- iii) o elevado índice de perdas não técnicas;
- iv) custo operacional muito próximo do nível de sua receita operacional líquida, ou seja, em patamares superiores aos reconhecidos na tarifa;
- v) elevado nível de investimentos não remunerados nas tarifas, o que somente foi solucionado recentemente na Revisão Tarifária Extraordinária ocorrida em 2020;
- vi) inadimplência agravada pela crise decorrente da Pandemia de Covid-19 e das “leis invasoras” vigentes e ainda; e
- vii) da recente alteração do regime tributário aplicado no Estado, o ICMS/ST.

Em relação a sobrecontratação estrutural e involuntária, tema que desde o início da nova concessão concentrou a maior parte da atenção e esforço dos novos controladores, foi constatado o nexos causal com as soluções aplicadas para superar grandes problemas que emergiram no âmbito do processo de desverticalização, obrigatório após a interligação ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Tamanha é a relevância desse tema que, para mitigar os efeitos financeiros da sobrecontratação à Amazonas Energia, foram necessárias a publicação do Decreto da Presidência da República nº 10.050/2019, da Lei nº. 14.146/2021 e da Portaria Normativa Ministerial nº. 015/2021.

Ocorre que, até que a neutralidade financeira seja efetivamente percebida pela Distribuidora, conviveremos com um aumento expressivo do seu endividamento, dada sua insuficiência de caixa, o que também contribuiu para que as ações necessárias para restabelecer as

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

adequadas condições de regularidade da prestação de serviço perdessem velocidade de execução.

O Amazonas é o único estado onde as Perdas Não Técnicas de Energia, superam os 100% do seu mercado de baixa tensão, demonstrando como são acentuados os desafios que estão sendo enfrentados na concessão. Um problema de complexa resolução, que diante do atual cenário no Estado, exige esforço não somente da Distribuidora, mas de todas as demais instituições no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da Sociedade Civil.

A Amazonas Energia empreende todo seu esforço para aumentar a eficiência operacional e atingir os níveis regulatórios exigidos pelo Poder Concedente e Regulador. Entretanto, é imperioso registrar que para se atingir a sustentabilidade da concessão do Amazonas há esforços que ultrapassam a gestão direta da Distribuidora, os quais, se não forem empreendidos, comprometerão diretamente o resultado da Companhia.

## **2 Prestação do serviço público de energia elétrica**

### **2.1 Contrato de concessão**

Em 11 de abril de 2019, foi celebrado o novo Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2019-ANEEL (nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) entre a União e o Consórcio Oliveira Atem, por meio do qual se formalizou a transferência do controle acionário da Companhia, conforme previsto no Edital do Leilão nº 2/2018.

O novo Contrato de Concessão será por um prazo de 30 (trinta) anos tendo iniciado em 11 de abril de 2019 e com término em 10 de abril de 2049.

## **3 Base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP) e as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiros e das normas definidas pela ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de abril de 2022.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na (Nota Explicativa nº 6).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.1 Reapresentação dos valores correspondentes

Em 2019, a Companhia realizou o desreconhecimento de ativos (direito de ressarcimento) e passivos (empréstimos, financiamentos e debêntures) vinculados à MP 855/2018, com base nos itens 3.2.4 a 3.2.8 na NBC TG 48 – Instrumentos financeiros. Em 2021, o Ofício Aneel 398/2021 de 04 de novembro de 2021, apontou glosas inicialmente previstas por fiscalização já definida na MP 855/2018, levando a Administração a reavaliar esse assunto e concluir que os critérios de desreconhecimento não haviam sido atendidos em sua totalidade e que, portanto, esses ativos e passivos não deveriam ter sido desreconhecidos.

Conseqüentemente, os valores de ativos e passivos foram apresentados a menor. As distorções estão sendo corrigidas pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

Ademais, para uma melhor apresentação, a Companhia também está reclassificando o valor de R\$ 11.591 do grupo “Outros Ativos” para o grupo “Direito de Ressarcimento”, tendo em vista tratar-se de valores de mesma natureza.

A tabela a seguir resume os impactos na demonstração financeira de 2020:

<b>Balço Patrimonial</b>	<b>2020</b>		
	<b>Original</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Direito de ressarcimento	339.006	393.808	732.814
Outros Ativos	113.006	(11.591)	101.415
<b>Não Circulante</b>			
Direito de ressarcimento	-	859.988	859.988
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	44.250	382.217	426.467
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.778.183	859.988	5.638.171

### 4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

### 5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 14 – Consumidores: estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada;

### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 14 – Consumidores: reconhecimento e mensuração da perda com créditos de liquidação duvidosa e estimativa de renda não faturada;
- Nota Explicativa nº 19 - Ativos financeiros setoriais e Passivos financeiros setoriais: reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos regulatórios;
- Nota Explicativa nº 22 – Ativo Contratual e Ativo Financeiro - Ativo financeiro: critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- Nota Explicativa nº 30 - Provisão para causas judiciais e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota Explicativa nº 36 - Instrumentos financeiros e Gestão de Riscos: definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos; e
- Nota Explicativa nº 38 - Benefício pós-emprego - mensuração de obrigação de benefícios definidos: principais premissas atuariais.

### **c. Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informação adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 36.2.

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **6 Mudança nas principais políticas contábeis**

Não ocorreram no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, mudanças nas principais políticas contábeis que afetassem materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

### **7 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Os custos de planos de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxa de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

### **8 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **b. Títulos e valores mobiliários**

A Companhia aplica recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante considera o fato de os títulos classificados no curto prazo possuírem liquidez imediata. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

#### **c. Clientes**

As contas a receber de clientes são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, pelo uso do sistema de distribuição de consumidores livres, pelos serviços prestados, pelos acréscimos moratórios, entre outros.



## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O saldo inclui o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

Os valores apresentados na conta de clientes estão contabilizados com base no regime de competência, e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, relacionados a consumidores, revendedores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme a NBC TG 48 - Instrumentos financeiros, que é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas no recebimento dos clientes, cuja recuperação seja considerada improvável).

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 14).

### **d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localização e condição existentes.

Os estoques de materiais para consumo são classificados no ativo circulante, não sendo depreciados ou amortizados, e os estoques de materiais destinados às obras/manutenção dos sistemas de distribuição são classificados no ativo financeiro ou intangível.

### **e. Investimentos temporários**

Os investimentos temporários representam aplicação de recursos financeiros em títulos e valores mobiliários disponíveis no mercado, ou direitos representativos destes, cuja natureza não seja de liquidez imediata, derivados de receitas financeiras ou de lucros com a negociação.

Os investimentos temporários são avaliados ao custo de aquisição e, quando aplicável, acrescidos da atualização monetária, dos juros e outros rendimentos auferidos.

### **f. Ativo contratual (infraestrutura em construção)**

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ITG 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. (Nota Explicativa nº 22).

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo contratual (infraestrutura em construção) estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme a NBC TG 48 - Instrumentos financeiros.

### **g. Ativo financeiro**

Os ativos financeiros referem-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da interpretação técnica ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e da orientação técnica CTG 05 - Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 22).

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para esse ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

### **h. Intangível**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de prestação do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota Explicativa nº 23).

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível é apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. Assim, esses bens devem ser amortizados, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da prestação do serviço, pelo método linear.

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

### **i. Imobilizado**

#### Reconhecimento e mensuração

É avaliado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em função da adoção pela Companhia das interpretações técnicas ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e o CTG 05 - Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado correspondem a todos os bens que não são utilizados na atividade-fim da Companhia. Demais ativos vinculados à prestação do serviço foram reclassificados como ativos contratuais, ativos financeiros indenizáveis (Concessão) e ativos intangíveis.

### Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

As vidas úteis estimadas e as taxas adotadas pela Companhia são aquelas estabelecidas pela ANEEL, conforme Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, e estão em consonância com os critérios estabelecidos na norma contábil (NBC TG 27 (R4) – Ativo imobilizado).

### **j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

A provisão é constituída com base na perda esperada, ou seja, perdas de créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência, utilizando uma matriz de provisão para reconhecimento, em taxas de perdas históricas (últimos 24 meses), probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração. Considera, também, o *aging list* individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros (Nota Explicativa nº 14).

#### Ativo Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente, quando há indicativos de impairment, o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão, avaliando se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (Nota Explicativa nº 25).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também e gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

### Ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **k. Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos da norma contábil NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

### **l. Empréstimos e financiamentos**

São instrumentos financeiros registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos (Nota Explicativa nº 27).

### **m. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receita de juros com aplicação financeiras; despesa de juros de empréstimos e atualização monetária de fornecedores; ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos (Nota Explicativa nº 35).

### **n. Provisões de causas judiciais**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota Explicativa nº 30).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeção fiscais ou exposição adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

### **o. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

#### *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

## **p. Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é reconhecida na medida em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo encargos sobre vendas.

### Receita de distribuição de energia

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida. Isto é, quando ocorre a transferência de controle da energia fornecida para os clientes.

### Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado/nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **q. Benefícios a empregados**

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuição fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigação legais nem construtivas de fazer contribuição, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

#### Outras obrigação pós-emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez deste enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

### **r. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

### **s. Subvenção governamental**

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas (Nota Explicativa nº 18).

#### *Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)*

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

#### *Encargo do Serviço do Sistema (ESS)*

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

#### *Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)*

É o encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso das redes elétricas relativas a consumidores livres, para cobertura da energia elétrica produzida por produtores independentes, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.



## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### t. Ativos e passivos regulatórios

São diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. O registro dos valores a receber e obrigação foram efetuados em contas de ativo e passivo financeiros em contrapartida ao resultado do exercício (receitas operacionais) (Notas Explicativas n.º 19 e 35).

- Empréstimo RGR - Existente no período de designação das Distribuidoras como prestadoras de serviços, esse recurso complementou suas fontes de recursos com remuneração via empréstimo RGR, maiores detalhes observar Nota Explicativa n.º 19. Desta forma, considerando a premissa da neutralidade da prestação do serviço enquanto designada e o art. 9º da Lei n.º 12.783/2016, o qual dispõe que as obrigações contraídas na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário nos termos do edital de licitação, tal período de prestação de serviço deveria ser nulo ao designado.

Adicionalmente, por meio do Ofício n.º 242/2018, a ANEEL estabeleceu que, em todos os cenários, o passivo contraído com o Fundo RGR, durante todo o período da designação, seria transferido para a nova concessão, no qual o novo concessionário fará jus ao recebimento tarifário nos termos da Lei e da forma definida pelo edital de licitação.

### 9 Novas normas e interpretação efetivas

Não ocorreram no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, novas normas e interpretação efetivas que afetassem materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

### 10 Ambiente regulatório

#### Reajuste tarifário anual

A ANEEL, em 26 de outubro de 2021, por meio da Resolução Homologatória n.º 2.967, aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD da Amazonas Energia S.A., que passaram a vigorar a partir de 1º de novembro de 2021 e a ser aplicado de acordo com condição estabelecidas, sendo as principais destacadas a seguir:

- (i) As tarifas de aplicação da AmE, constantes da Resolução, ficaram, em média, reajustadas em 15,99% (quinze inteiros e noventa e nove centésimos percentuais), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos pela distribuidora.
- (ii) Homologou o valor mensal dos subsídios a ser repassado pela CCEE à AmE, no período de competência de novembro de 2021 a outubro de 2022, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto n.º 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Homologou o valor de R\$ 61.179 referente aos custos de sobrecontratação de energia e exposição do mercado de curto prazo do período de agosto de 2020 a julho de 2021, para fins de reembolso pela Conta de Consumo Combustíveis CCC, conforme estabelecido pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, com redação dada pela Lei nº 14.146, de 26 de abril de 2021. Nos termos da Portaria MME nº 15, de 2 de julho de 2021, o montante financeiro foi repassado pela CCC à AmE em duas parcelas iguais, nos meses de novembro e dezembro de 2021.

### 11 Caixa e equivalentes de caixa

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contas bancárias à vista	106.429	108.242
Fundos de caixa	140	119
Numerário em trânsito	697	4
	<b>107.266</b>	<b>108.365</b>

Na rubrica de contas bancárias à vista, há contas vinculadas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é no montante de R\$ 19.674 (R\$ 14.857 em 2020). O saldo em contas vinculadas está atrelado a recebimentos com finalidade específica de garantia para pagamento aos instrumentos de confissão de dívida – ICD da Amazonas Geração e Transmissão - AmGT.

### 12 Títulos e valores mobiliários

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	6.098	-
Outros	26.111	40.218
	<b>32.209</b>	<b>40.218</b>

A Companhia realiza aplicação em fundo de investimento de renda fixa de liquidez imediata, denominado “Extra Mercado”, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado.

Em dezembro de 2021, os investimentos estão sendo investidos na modalidade de Certificado de Depósito Bancário, com serviços de aplicação automática de recursos disponíveis em conta corrente. As taxas são progressivas, conforme o tempo de permanência e, dessa forma, a operação é remunerada pela taxa aplicável ao prazo correspondente ao período do investimento e nenhuma das taxas incide sobre o período passado.

### 13 Investimentos temporários

<b>Descrição – Circulante</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Outros	-	405
<b>Descrição - Não Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	130.099	124.756
Outros	7	-
	<b>130.106</b>	<b>124.756</b>

O montante de R\$ 130.106 mil (R\$ 124.756 mil em 2020) classificado no ativo não circulante, decorre do parágrafo sexto do Contrato de Cessão de Créditos, celebrado junto ao Banco

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Itaú, dos recursos originados da MP 855/2018. O referido contrato prevê parcela retida em conta garantia, cuja devolução se dará ao final do término da cessão em 14/03/2024.

### 14 Consumidores

Classes	2021			2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Residencial	794.284	149.050	943.334	673.480	92.007	765.487
Industrial	112.689	24.154	136.842	156.754	11.558	168.312
Comercial	384.124	65.571	449.695	322.219	71.673	393.892
Rural	20.868	3.751	24.619	18.259	2.392	20.651
Poder público	498.201	93.750	591.951	443.381	74.204	517.585
Iluminação pública	56.813	-	56.813	32.152	-	32.152
Serviço público	124.896	9.690	134.586	100.409	8.262	108.671
Outros	76.715	-	76.715	93.756	-	93.756
	<b>2.068.590</b>	<b>345.966</b>	<b>2.414.555</b>	<b>1.840.410</b>	<b>260.096</b>	<b>2.100.506</b>
(-) PCLD	(1.013.372)	(100.143)	(1.113.515)	(957.744)	(63.686)	(1.021.430)
	<b>1.055.218</b>	<b>245.823</b>	<b>1.301.040</b>	<b>882.666</b>	<b>196.410</b>	<b>1.079.076</b>

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte detalhamento, por consumidores faturados e não faturados e parcelamentos abertos por classe:

Classes	2021			
	Faturados	Não Faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	535.376	53.721	354.237	943.334
Industrial	89.743	590	46.509	136.842
Comercial	271.439	15.684	162.572	449.695
Rural	12.287	2.505	9.827	24.619
Poder público	358.704	1.341	231.906	591.951
Iluminação pública	56.160	651	2	56.813
Serviço público	116.405	388	17.793	134.586
Outros	76.715	-	-	76.715
	<b>1.516.829</b>	<b>74.880</b>	<b>822.846</b>	<b>2.414.555</b>

Classes	2020			
	Faturados	Não Faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	472.627	40.678	252.183	765.488
Industrial	127.309	566	40.438	168.313
Comercial	230.816	10.532	152.543	393.891
Rural	11.698	1.660	7.293	20.651
Poder público	340.551	756	176.278	517.585
Iluminação pública	31.703	449	-	32.152
Serviço público	92.786	106	15.780	108.672
Outros	93.754	-	-	93.754
	<b>1.401.244</b>	<b>54.747</b>	<b>644.515</b>	<b>2.100.506</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Contas a receber – Consumidores, Parcelamentos e Receita não Faturada

São compostos pelas faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos dos consumidores inadimplentes. As análises sobre os contratos de parcelamentos são feitas individualmente, segmentando as classes privadas e públicas, tendo em vista as diferenças comportamentais observadas nas negociações e o valor negociado.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência e, conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e a regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414, emitida pela ANEEL.

Receita não faturada: contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo exercício. Tem como objetivo demonstrar um complemento do exercício de competência da energia consumida e ainda não medida, fato que ocorrerá no ciclo de faturamento subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

### Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes (contas a receber)

A Companhia adota o modelo de Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging-list* das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão, por classe de consumo, dada a característica de cada classe. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging-list* das faturas de energia elétrica e das parcelas.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos segregados por classe de consumo no período histórico analisado sobre a arrecadação dos últimos dois anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2021.

	2021			2020		
	Consumidores Faturados e Não Faturados	Parcelamentos	Total	Consumidores Faturados e Não Faturados	Parcelamentos	Total
Saldo Contábil Bruto	1.591.710	822.846	2.414.556	1.455.991	644.515	2.100.506
PCLD	(846.210)	(267.305)	(1.113.515)	(820.905)	(200.525)	(1.021.430)
(%)	53%	32%		56%	31%	

#### a. Consumidores faturados e não faturados

O demonstrativo da **perda esperada** de consumidores faturados e não faturados por classe de consumidores e *aging* encontra-se discriminado abaixo:

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Abertura da provisão por classe

Classes	2021			2020		
	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão
Residencial	589.097	35	(208.582)	513.304	42	(213.055)
Industrial	90.333	41	(36.974)	127.875	62	(79.208)
Comercial	287.124	42	(119.647)	241.348	45	(109.750)
Rural	14.792	18	(2.655)	13.358	22	(2.945)
Poder público	360.045	98	(353.488)	341.307	93	(316.975)
Iluminação pública	56.811	40	(23.003)	32.152	45	(14.473)
Serviço público	116.792	87	(101.664)	92.891	91	(84.303)
Outros	76.716	-	(197)	93.756	-	(196)
	<b>1.591.710</b>		<b>(846.210)</b>	<b>1.455.991</b>		<b>(820.905)</b>

### b. Parcelamentos

O demonstrativo da perda esperada de parcelamentos por classe de consumidores encontra-se discriminado abaixo:

### Abertura da provisão por classe

Classes	2021			2020		
	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão	Saldo Contábil Bruto	% Taxa média da Perda	Saldo Provisão
Residencial	354.237	5	(17.140)	252.183	7	(17.140)
Industrial	46.509	62	(28.749)	40.438	50	(20.213)
Comercial	162.572	25	(40.366)	152.543	16	(25.009)
Rural	9.827	5	(500)	7.293	7	(500)
Poder público	231.906	71	(164.379)	176.278	70	(123.288)
Iluminação pública	2	0	-	-	-	-
Serviço público	17.793	91	(16.171)	15.780	91	(14.375)
	<b>822.846</b>		<b>(267.305)</b>	<b>644.515</b>		<b>(200.525)</b>

A movimentação da PCLD está demonstrada a seguir:

	2021	2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.021.430)</b>	<b>(1.044.389)</b>
Adição	(161.264)	(149.363)
Reversão	422.913	482.381
Perdas com clientes	(353.734)	(310.059)
<b>Saldo final</b>	<b>(1.113.515)</b>	<b>(1.021.430)</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15 Concessionárias e permissionárias

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
EE de Curto Prazo - Liquidação Financeira (a)	-	389.750
Suprimento de Energia Elétrica (b)	168.179	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	39.812	32.160
(-) PCLD – Livre	(2.697)	(3.301)
<b>Circulante</b>	<b>205.294</b>	<b>418.609</b>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.499	1.716
<b>Não circulante</b>	<b>1.499</b>	<b>1.716</b>
	<b>206.793</b>	<b>420.325</b>

(a) A partir da competência de julho de 2021, o resultado da apuração das operações de venda da energia excedente (sobrecontratação) no Mercado de curto prazo, ao Preço das Liquidação das Diferenças – PLD passou a ser devedor. Os recursos recebidos foram utilizados para pagamento da dívida com a AmGT.

(b) Referem-se a valores a receber em virtude de operação de venda da energia excedente na CCEE, na modalidade Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE.

A movimentação da PCLD está demonstrada a seguir:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(3.301)</b>	<b>(954)</b>
Adição	(2.088)	(7.082)
Reversão	2.692	4.735
<b>Saldo final</b>	<b>(2.697)</b>	<b>(3.301)</b>

### 16 Tributos

<b>Ativo</b>	<b>2021</b>		<b>2020</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
IR	-	17.601	-	13.299
CSLL	-	5.557	-	4.933
PIS/PASEP (a)	42.957	76.543	49.164	53.705
COFINS (a)	125.361	437.939	237.454	-
ICMS	-	730.758	378	735.652
ICMS CCC - ISOL lei nº 12.111/09 (b)	-	402.154	-	402.154
ISS/IPTU/TAXAS	56	-	-	521
Outros	1.152	-	1.351	-
	<b>169.526</b>	<b>1.670.552</b>	<b>288.347</b>	<b>1.210.264</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IR s/ lucro	-	6.843	87.239	-
CSLL s/lucro	-	2.325	31.406	-
Tributos federais	-	-	(983)	-
PIS/PASEP	-	-	1.516	-
COFINS	-	-	7.198	-
ICMS (c)	630.859	-	207.786	-
ISS/IPTU/TAXAS	4.205	-	10.360	-
Contribuição sociais	7.171	-	2.388	-
Tributos retidos na fonte	2.579	-	-	-
Outros	8.462	-	598	-
	<b>653.276</b>	<b>9.168</b>	<b>347.508</b>	-

- (a) O total de R\$ 682.800 (R\$ 340.323 em 2020), decorre do regime de apuração não cumulativa, envolvendo gastos com materiais aplicados e consumidos na geração distribuída de energia elétrica, créditos da compra de combustíveis e da compra de energia elétrica. Tais créditos serão compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo.

Em 2021, baseada em Pareceres Técnicos de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou levantamento de créditos revisando apurações mensais de janeiro de 2017 a dezembro de 2021, adotando metodologia específica para o cálculo dos créditos de PIS/COFINS sobre a aquisição de combustíveis (insumo básico para a geração de energia elétrica). Neste sentido apurou-se um montante de R\$ 196.123 adicional ao saldo existente em dezembro de 2021.

Igual forma, também foram recalculados os estornos dos créditos relacionados às perdas não técnicas. A companhia entende que os valores até o limite da perda regulatória, estão inseridos nas tarifas, portanto, não devem resultar no cálculo de estornos de créditos, exceto quando as perdas efetivas ultrapassarem o limite regulatório. Dessa forma, com base nas informações contidas no Balanço Energético da Companhia, apurou-se um ajuste de crédito, referente ao período janeiro de 2017 a dezembro de 2021, no montante de R\$ 349.963.

- (b) Conforme disposto no art. 3º, da Lei nº 12.111/09, os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica dos Sistemas Isolados. Com isso, os valores referentes ao ICMS, apurados como custo da geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09. Ressalta-se que, a referida Lei cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de efetivo aproveitamento via compensação dos créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito tributário aproveitado, por isso, se constitui uma obrigação no passivo não circulante de igual valor. Em 2020, com a finalização da primeira e segunda etapas da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, ainda permanece em provisão, os valores relativos ao período de julho/2017 a maio/2019 (vide nota 18.1.2). A partir de junho/2019, o Estado do Amazonas alterou a legislação do ICMS sobre a Energia Elétrica, cuja incidência se dá por substituição tributária.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Trata-se de valores relativos à provisão do ICMS Substituição Tributária Notificado, os quais a Companhia está em negociação com a Secretaria de Fazenda sobre a sua forma de pagamento.

### 16.1 Tributos IRPJ e CSLL Diferidos

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ e CSLL	-	181.797	-	313.661

A movimentação dos tributos diferidos (ativos e passivos) sobre Diferenças Temporárias, foi a seguinte:

	Passivo	Ativo	Saldo
<b><u>Recebimentos da MP 855/2018 (a)</u></b>	<b>1.624.422</b>	-	-
- IRPJ (15% + 10%)	406.082	121.824	284.258
- CSLL (9%)	146.198	43.859	102.339
	<b>552.279</b>	<b>165.683</b>	<b>386.597</b>
Realizado no exercício 2020	129.913	38.978	90.935
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>422.366</b>	<b>126.705</b>	<b>295.661</b>
Realizado no exercício 2021	217.698	65.309	152.389
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>204.669</b>	<b>61.396</b>	<b>143.273</b>
<b><u>Sobras Físicas - Portaria MME 385/2020 (b)</u></b>	<b>75.698</b>		
- IRPJ (15% + 10%)	18.901	5.670	13.231
- CSLL (9%)	6.813	2.044	4.769
	<b>25.714</b>	<b>7.714</b>	<b>18.000</b>
Realizado no exercício 2020	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>25.714</b>	<b>7.714</b>	<b>18.000</b>
Realizado no exercício 2021	12.890	3.867	9.023
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>12.824</b>	<b>3.847</b>	<b>8.977</b>
<b><u>Despacho ANEEL 4069/21 – CCC PIEs (c)</u></b>	<b>177.453</b>		
- IRPJ (15% + 10%)	31.030	9.309	21.721
- CSLL (9%)	11.180	3.354	7.826
	<b>42.210</b>	<b>12.663</b>	<b>29.547</b>
Realizado no exercício 2021	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>42.210</b>	<b>12.663</b>	<b>29.547</b>
<b>Tributos Diferidos 2021</b>	<b>259.703</b>	<b>77.906</b>	<b>181.797</b>

- (a) Os valores oriundos da MP 855/2018 estão sendo recebidos em 60 parcelas, por isso a Companhia constituiu um passivo diferido dos tributos incidentes sobre esses valores.



## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destaca-se que o ativo diferido foi constituído por 30% do passivo diferido, considerando o saldo de prejuízos acumulados que a Companhia possui.

- (b) A Companhia também registrou os tributos diferidos sobre a receita das sobras físicas oriundas da Portaria MME 385/2020, cujos valores estão sendo recebidos ao longo de 36 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2021. Semelhantemente ao item “a” acima, também foi constituído um ativo diferido de 30% do passivo diferido.
- (c) Refere-se aos recursos aprovados no Despacho ANEEL 4069/2022, cujos valores serão recebidos ao longo de 24 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2022. Semelhantemente aos itens “a” e “b” acima, também foi constituído um ativo diferido de 30% do passivo diferido.

### 17 Almoxarifado operacional

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Matéria-prima e Insumos	9.240	5.818
Material	20.765	30.585
Adiantamentos a fornecedores	-	18.859
	<b>30.005</b>	<b>55.262</b>

### 18 Direito de ressarcimento e obrigação de ressarcimento

A Companhia detém direitos e obrigações com a CCC, conforme apuração dos valores demonstrados no quadro a seguir:

<b>Descrição - Direito de ressarcimento</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b> (Reapresentado)
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	18.1.1	553.649	715.568
* Conta de Consumo de Combustíveis – CCC – MP 855	18.1.1	382.217	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		20.978	17.246
<b>Circulante</b>		<b>956.844</b>	<b>732.814</b>
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	18.1.1	94.109	-
* Conta de Consumo de Combustíveis – CCC – MP 855	18.1.1	477.771	859.988
<b>Não Circulante</b>		<b>571.880</b>	<b>859.988</b>
<b>Descrição - Obrigação de ressarcimento</b>			
ICMS CCC – Não Circulante	18.1.2	402.154	402.154

\* Trata-se dos valores oriundos da MP 855/2018 que estão sendo recebidos em 60 parcelas (Vide Notas Explicativas n°. 19 e 27).

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18.1 Movimentação da conta de consumo de combustível (CCC)

#### 18.1.1 Movimentação da conta do Ativo

<u>Ativo</u>		<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Saldo anterior</b>		<b>1.575.556</b>	<b>305.773</b>
Custo com combustíveis	(a)	606.964	641.973
Compra de energia elétrica	(a)	4.870.284	3.975.235
Custo de geração própria	(a)	151.395	208.211
Custo gás natural		-	161
(-) Custo do ACR	(b)	(1.399.991)	(1.651.927)
(-) Valor recebido da CCC – ISOL		(4.102.464)	(3.146.075)
Despacho ANEEL 4069/2021	(c)	188.219	-
(-) Valor recebido MP 855/18		(382.217)	-
MP 855/2018	19	-	1.242.205
		<b>1.507.746</b>	<b>1.575.556</b>

- (a) Custos reembolsáveis: O aumento dos custos reembolsáveis está atrelado ao fato da entrada em operação comercial de vários Produtores Independentes de Energia – PIEs ao longo de 2021, o que embora reflita na redução da rubrica de custo de geração própria (redução com o custo de aluguel de grupos geradores), *umenta* o ressarcimento com o custo de compra de energia em função dos reembolsos dos Contratos de Compra de Energia no Sistema Isolado – CCESI, oriundo dos PIEs.
- (b) Custo do ACR-Ambiente de Contratação Regulada: O reembolso CCC reembolsa a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Conforme Despacho Aneel 2581/2019, o valor do custo médio da energia e potência comercializada pelos agentes de distribuição no Ambiente de Contratação Regulada – ACR médio para o ano civil de 2021 é R\$ 253,50/MWh (em 2020, o valor era de R\$ 306,55/MWh). Refere-se ao custo assumido pela Companhia.

- (c) Despacho ANEEL 4069/2021 de 20/12/2021: Trata-se do reconhecimento de crédito no montante de R\$ 177.453 mil (na posição de junho/2021) a ser reembolsado à Amazonas Energia, em parcelas iguais, no âmbito da execução orçamentária da CDE durante os exercícios de 2022 e 2023, com a devida atualização pelo IPCA, relativo aos custos da Data base de valor contratual oriundos de acordos judiciais firmados entre a Amazonas Energia S.A. e Produtores Independentes de Energia -PIE. O valor foi atualizado para a data base de 31/12/2021.

#### 18.1.2 Movimentação da conta do Passivo

<u>Passivo</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo anterior	<b>402.154</b>	<b>1.874.085</b>
Reembolso de ICMS CCC - ISOL - Lei 12.111/09	-	(980.414)
Reembolso PIS/COFINS CCC - ISOL - Lei 12.111/09	-	(491.517)
	<b>402.154</b>	<b>402.154</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19 Ativos financeiros setoriais e Passivos financeiros setoriais

A conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A - CVA compensa os efeitos financeiros que ocorrem entre as datas de reajustes/revisões da Parcela A, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Fazenda.

Essa variação da CVA, da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se tanto aos valores já homologados pela ANEEL, quando do reajuste tarifário concluído em novembro de 2021, quanto os montantes registrados como estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (novembro de 2022).

Os saldos desses ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são conforme segue:

<b>Parcela A – CVA</b>	<b>2021</b>		<b>2020</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Descrição - Circulante</b>				
Energia elétrica	-	196.270	410.640	153.599
(-) CVA Diferida - Conta Covid (a)	-	68.257	(81.317)	198.117
Programa – PROINFA	4.080	49	1	2.508
Rede básica	34.871	4.095	42.320	19.926
Encargos de Energia de Reserva - EER	290.970	-	18.547	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	64.002	-	68.773
CDE energia	1.811	2.701	33.940	27.403
Neutralidade da Parcela A	-	-	-	98
<b>Outros Itens Financeiros</b>				
Custo parcela A	-	5.010	-	385
Garantias financiadas na contratação regulada de EE (CCEAR)	2.952	-	2.577	-
Receitas Irrecuperáveis	19.669	-	1.263	-
Sobrecontratação de energia (b)	-	4.129	270.233	19.626
Ultrapassagem de demanda	-	10.848	-	11.294
Excedente reativo	-	10.353	-	18.268
	<b>354.353</b>	<b>365.714</b>	<b>698.204</b>	<b>519.997</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Demais passivos setoriais</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Designadas Empréstimos - RGR (c)	-	-	727.547	-

- (a) Conta Covid: Em 03 de julho de 2020, a Amazonas protocolou na ANEEL a Carta PR-074/2020 em que apresentou o TERMO DE ACEITAÇÃO às disposições do Decreto nº 10.350, de 2020, nos termos do Anexo I, da Resolução Normativa nº 855/2020 que aprovou o crédito de R\$ 315.490 por repasse da Conta Covid para Amazonas Energia, com a operacionalização sendo realizada mediante instrumentos regulatórios.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O art. 3º da Resolução determina que serão cobertos os déficits ou antecipadas as receitas, total ou parcialmente por repasses da Conta Covid, dos itens dos ativos regulatórios. O art. 6º da Resolução determina ainda que as distribuidoras devem baixar os Ativos Regulatórios em igual valor recebido da Conta Covid.

- (b) Sobrecontratação: O saldo a receber de R\$ 67.557, do valor de R\$ 270.233 homologado pela Resolução Homologatória 2795/2020 de 27/10/2020, refere-se aos custos de sobrecontratação de energia e exposição do mercado de curto prazo do período de agosto de 2017 a julho de 2018, para fins de reembolso pela Conta de Consumo Combustíveis CCC, conforme estabelecido no submódulo 5.1 do Proret, em função da interligação do sistema Manaus ao SIN, atestada pelo Despacho nº 1.365, de 5 de março de 2015.
- (c) Designadas Empréstimo RGR: A Companhia possuía ativo financeiro setorial correspondente ao empréstimo do recurso RGR (Reserva Global de Reversão), aprovado pela ANEEL, repassado pela CCEE. O empréstimo foi aprovado devido à necessidade de recursos extraordinários durante o período em que a Companhia foi considerada pela ANEEL como Distribuidora Designada, atuando como prestadora de serviços até a sua privatização. A Lei 14.120, de 1 de março de 2021, em seu § 12 do art. 2º, extingue a obrigação da concessionária de pagamento do empréstimo. (vide Nota Explicativa nº 27).

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber e devolver de parcela A e outros itens financeiros apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

Segue a apresentação dos valores homologados pela ANEEL:

Descrição	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL no próximo reajuste tarifário	Total
<b>Ativo</b>			
<b>Parcela A - CVA (a)</b>			
Encargos de Energia de Reserva – EER	127.109	163.862	290.971
Rede Básica	47.684	(12.813)	34.871
CDE Energia	2.174	(362)	1.812
PROINFA	4.958	(878)	4.080
Conta Covid	79.247	(79.247)	-
Energia Elétrica	310.415	(310.415)	-
<b>Outros Itens Financeiros (b)</b>			
Garantias Financeiras na Contratação Regulada de EE (CCEAR)	3.544	(592)	2.952
Receita Irrecuperável	23.601	(3.934)	19.667
<b>Total do Ativo</b>	<b>598.732</b>	<b>(244.379)</b>	<b>354.353</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL no próximo reajuste tarifário	Total
<b>Passivo</b>			
<b>Parcela A - CVA (a)</b>			
Encargos de Serviços do Sistema – ESS	76.801	(12.799)	<b>64.002</b>
PROINFA	58	(9)	<b>49</b>
Rede Básica	4.915	(820)	<b>4.095</b>
CDE Energia	3.280	(579)	<b>2.701</b>
CDE CVA CCC	6.105	(1.095)	<b>5.010</b>
Conta Covid	81.909	(13.652)	<b>68.257</b>
Energia Elétrica	232.102	(35.832)	<b>196.270</b>
<b>Outros Itens Financeiros (b)</b>			
Sobrecontratação de Energia	-	4.129	<b>4.129</b>
Ultrapassagem de Demanda	8.971	1.877	<b>10.848</b>
Excedente de Reativo	8.290	2.063	<b>10.353</b>
Ressarcimento P&D	<b>422.431</b>	<b>(56.717)</b>	<b>365.714</b>

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber e devolver de parcela A e outros itens financeiros apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

Ativo circulante	Parcela A - CVA					2021
	2020	Adição	Amortização	Atualização	Transf.	
Energia Elétrica	410.640	(30.610)	(387.152)	4.270	2.852	-
(-) CVA Diferida - Conta Covid	(81.317)	(56.198)	-	58.268	79.247	-
Programa – PROINFA	-	4.808	(801)	73	-	4.080
Rede Básica	42.320	8.758	(16.304)	97	-	34.871
Encargos de Energia de Reserva - EER	18.548	282.671	(21.579)	11.330	-	290.970
CDE Energia	33.940	2.174	(14.902)	(19.401)	-	1.811
<b>Outros Itens Financeiros</b>						
Garantias Financiadas na Contratação Regulada de EE (CCEAR)	2.577	3.544	(3.169)	-	-	2.952
Receitas Irrecuperáveis	1.263	23.603	(5.197)	-	-	19.669
Sobrecontratação de Energia	270.233	61.177	(331.410)	-	-	-
Sobrecontratação de Energia - CVA ATV	-	(52.707)	52.707	-	-	-
	<b>698.204</b>	<b>247.220</b>	<b>(727.807)</b>	<b>54.637</b>	<b>82.099</b>	<b>354.353</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Designadas Empréstimos - RGR	727.547	(702.210)	(25.337)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.425.751</b>	<b>(454.990)</b>	<b>(753.144)</b>	<b>54.637</b>	<b>82.099</b>	<b>354.353</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Parcela A - CVA					2021
	2020	Adição	Amortização	Atualização	Transf.	
<b>Passivo circulante</b>						
Energia Elétrica	153.599	232.102	(192.283)	-	2.852	196.270
CVA Diferida - Conta Covid	198.117	-	(211.325)	2.218	79.247	68.257
Programa - PROINFA	2.508	57	(6.959)	4.443	-	49
Rede Básica	19.926	12	(19.930)	4.087	-	4.095
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	68.773	76.800	(77.465)	(4.106)	-	64.002
CDE Energia	27.403	3.115	(29.399)	1.582	-	2.701
Neutralidade da Parcela A	98	-	(98)	-	-	-
<b>Outros Itens Financeiros</b>						
Custo parcela A	385	5.613	(1.322)	334	-	5.010
Sobrecontratação de Energia	19.626	(8.365)	(11.159)	4.027	-	4.129
	<b>490.435</b>	<b>309.334</b>	<b>(549.940)</b>	<b>12.585</b>	<b>82.099</b>	<b>344.513</b>
<b>Demais passivos setoriais</b>						
Ultrapassagem de demanda	11.294	9.606	(10.052)	-	-	10.848
Excedente reativo	18.268	8.605	(16.520)	-	-	10.353
	<b>29.562</b>	<b>18.211</b>	<b>(26.572)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.201</b>
	<b>519.997</b>	<b>327.545</b>	<b>(576.512)</b>	<b>12.585</b>	<b>82.099</b>	<b>365.714</b>

## 20 Ativos indenizados

Ativo	Circulante		Não circulante	
	2021	2020	2021	2020
AIC - Indenização (Sobras Físicas)	28.483	26.109	30.857	59.340
AIC – Indenização	247.520	226.894	268.147	515.667
	<b>276.003</b>	<b>253.003</b>	<b>299.004</b>	<b>575.007</b>

Em 23 de outubro de 2020, por meio da Portaria 385/MME, o Ministério de Minas e Energia definiu os valores de pagamento às Concessionárias Amazonas Energia e Roraima Energia, com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, referentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica:

- (i) Classificados como sobras físicas, na valoração completa das bases de remuneração regulatórias decorrentes da licitação para desestatização de que trata o art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no montante de R\$ 75.699. No registro contábil também foram reconhecidos os tributos (PIS/COFINS) inerentes à operação, no montante de R\$ 7.716 e uma atualização no montante de R\$ 2.034. O registro do ativo a receber foi efetuado em contrapartida ao resultado, em ganhos pelo valor de indenização.
- (ii) Contabilizados como Ativo Imobilizado em Curso - AIC, utilizados como referência para o processo de licitação da Companhia, no montante de R\$ 723.129 e uma atualização no montante de R\$ 19.432.

Em 2021, já foram recebidos os montantes de R\$ 28.561 (Sobras Físicas) e R\$ 272.832 (AIC Indenizado), correspondentes às 11 primeiras parcelas.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21 Outros ativos

	Circulante		Não circulante	
	2021	2020	2021	2020
		(Reapresentado)		
Empregados	2.263	4.248	-	-
Fornecedores	-	7.649	-	-
Serviços prestados a terceiros (a)	8.955	4.339	-	-
Ordem de dispêndios a reembolsar	-	18.557	-	-
Rendas a receber	-	5.381	-	-
Indenização pela concessão a receber	-	-	-	-
Outros devedores	1.116	42.680	-	-
Administradora Stone	28.508	-	-	-
Desativações e alienações - desativações em curso	-	816	-	-
Ativos de operação descontinuada e bens desativados (b)	-	-	96.626	59.951
Impairment s/ativos de operação descontinuada (b)	-	-	(96.626)	(59.951)
Serviços em curso	17.969	5.761	-	-
Despesas pagas antecipadamente	7.351	11.984	-	-
<b>Total</b>	<b>66.162</b>	<b>101.415</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (a) Desse montante, o valor de R\$ 8.621 mil diz respeito aos créditos relativos ao compartilhamento de infraestrutura;
- (b) Trata-se dos ativos relacionados às usinas de geração de energia elétrica situadas em localidades onde os Produtores de Energia Elétrica – PIES já entraram em operação comercial.

### 22 Ativo contratual e ativo financeiro

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela norma NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ITG 01 (R1) - Contratos da Concessão, foram classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção).

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### a. Movimentação do ativo contratual

Descrição	2020	Adição	Transferências	2021
Bens em construção	3.252	150	(3.402)	-
Obrigação especiais	(38.753)	38.634	-	(119)
<b>Na Geração</b>	<b>(35.501)</b>	<b>38.784</b>	<b>(3.402)</b>	<b>(119)</b>
Bens em construção	480.344	469.547	(23.051)	926.840
Obrigação especiais	(384.396)	(119.372)	38.564	(465.204)
<b>Na Distribuição</b>	<b>95.948</b>	<b>350.175</b>	<b>15.513</b>	<b>461.636</b>
	<b>60.447</b>	<b>388.959</b>	<b>12.111</b>	<b>461.517</b>

Descrição	2019	Adição	Transferências	2020
Bens em construção	72.118	(34.664)	(34.202)	3.252
Obrigação especiais	(38.753)	-	-	(38.753)
<b>Na Geração</b>	<b>33.365</b>	<b>(34.664)</b>	<b>(34.202)</b>	<b>(35.501)</b>
Bens em construção	1.041.685	419.520	(980.861)	480.344
Obrigação especiais	(431.922)	(35.189)	82.715	(384.396)
<b>Na Distribuição</b>	<b>609.763</b>	<b>384.331</b>	<b>(898.146)</b>	<b>95.948</b>
	<b>643.128</b>	<b>349.667</b>	<b>(932.348)</b>	<b>60.447</b>

### b. Movimentação do ativo financeiro

Descrição	2020	Adição	Transferências	VNR	2021
<b>Em serviço</b>					
Imobilizado	126.407	3.433	-	80.073	209.913

Descrição	2019	Adição	Transferências	VNR	2020
<b>Em serviço</b>					
Imobilizado	258.817	-	(230.337)	97.927	126.407

A prestação do serviço ocorre nos termos e condição estabelecidos na Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

Com base nas características estabelecidas no termo e condição para a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condição para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica CTG 05 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientação sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração e distribuição elétrica.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo Ativo Imobilizado da Companhia é recuperada através de duas formas, a saber:

Consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão;



## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar ou licitar.

### 23 Intangível

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Intangível –concessão	1.854.747	1.797.984
Outros	56.792	44.227
	<b>1.911.539</b>	<b>1.842.211</b>

Com a adoção da ITG 01 (R1), o valor de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Intangíveis das Concessões - ITG 01 (R1).

Este grupo é formado pelo intangível vinculado à concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos, que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que corresponde à rubrica “Outros”), conforme demonstrado no quadro acima.

### Movimentação do ativo intangível

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transf.</b>	<b>2021</b>
Ativo intangível	193.767	3.375	(113.533)	(83.609)	-
Amortização acumulada	(77.761)	(2.586)	38.751	41.596	-
Obrigação especiais (OE)	(11.637)	-	-	11.637	-
Amortização das OE	4.710	184	-	(4.894)	-
VNR	(17.368)	-	-	17.368	-
<b>Vinculado concessão- geração</b>	<b>91.711</b>	<b>973</b>	<b>(74.782)</b>	<b>(17.902)</b>	<b>-</b>
Ativo Intangível	3.528.039	(3.246)	-	138.431	3.663.224
Amortização acumulada	(1.058.409)	(115.080)	-	(41.595)	(1.215.084)
Obrigação especiais	(1.746.393)	(8.925)	-	(50.201)	(1.805.519)
Amortização das OE	227.910	54.310	-	4.895	287.115
VNR	755.126	187.253	-	(17.368)	925.011
<b>Vinculado concessão – distrib.</b>	<b>1.706.273</b>	<b>114.312</b>	<b>-</b>	<b>34.162</b>	<b>1.854.747</b>
Em serviço	98.211	-	(16.286)	444	82.369
Amortização acumulada	(74.227)	(2.585)	-	-	(76.812)
Em curso	20.243	23.065	-	7.927	51.235
<b>Não vinc à concessão (outros)</b>	<b>44.227</b>	<b>20.480</b>	<b>(16.286)</b>	<b>8.371</b>	<b>56.792</b>
<b>Total</b>	<b>1.842.211</b>	<b>135.765</b>	<b>(91.068)</b>	<b>24.631</b>	<b>1.911.539</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2019	Adição	Baixas	Transf.	2020
Ativo intangível	254.454	-	(117.540)	56.853	193.767
Amortização acumulada	(136.117)	(24.304)	55.667	26.993	(77.761)
Obrigação especiais (OE)	(11.637)	-	-	-	(11.637)
Amortização das OE	4.465	245	-	-	4.710
VNR	-	(17.368)	-	-	(17.368)
<b>Vinculado concessão – geração</b>	<b>111.165</b>	<b>(41.427)</b>	<b>(61.873)</b>	<b>83.846</b>	<b>91.711</b>
Ativo Intangível	2.674.753	445.041	(397.987)	806.232	3.528.039
Amortização acumulada	(685.143)	(364.187)	275.590	(284.669)	(1.058.409)
Obrigação especiais	(940.549)	(723.129)	-	(82.715)	(1.746.393)
Amortização das OE	151.075	76.835	-	-	227.910
VNR	-	54.855	-	700.271	755.126
<b>Vinculado concessão – distrib.</b>	<b>1.200.136</b>	<b>(510.585)</b>	<b>(122.397)</b>	<b>1.139.119</b>	<b>1.706.273</b>
Em serviço	95.929	-	(80)	2.362	98.211
Amortização acumulada	(56.928)	(17.276)	-	(23)	(74.227)
Em curso	13.842	8.441	-	(2.040)	20.243
<b>Não vinc. à concessão (outros)</b>	<b>52.843</b>	<b>(8.835)</b>	<b>(80)</b>	<b>299</b>	<b>44.227</b>
<b>Total</b>	<b>1.364.144</b>	<b>(560.847)</b>	<b>(184.350)</b>	<b>1.223.264</b>	<b>1.842.211</b>

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração e distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração e distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao novo prazo de concessão (vide Nota Explicativa nº 2.1).

Para o cálculo da amortização dos bens que compõem a infraestrutura é utilizada a taxa média regulatória tendo sido utilizada no exercício 4,70% para a Geração e 3,94% para a distribuição (4,70% para a Geração e 3,94% para a distribuição em 2020).

### 24 Imobilizado

Os valores registrados neste grupo compreendem os bens de uso administrativo e os ativos. Seguem as rubricas que compõem esse grupo:

A movimentação do grupo de contas está demonstrada a seguir:

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2020	Adição	Transf.	Baixas	2021
<b>Geração</b>					
Em serviço	2.448	-	835	(835)	2.448
Depreciação acumulada	(1.407)	(426)	-	67	(1.766)
Em curso	17.153	4	(17.153)	-	4
	<b>18.194</b>	<b>(422)</b>	<b>(16.318)</b>	<b>(768)</b>	<b>686</b>
<b>Administração/Distribuição</b>					
Em serviço	140.744	17.119	5.557	-	163.420
Depreciação acumulada	(112.343)	(10.904)	-	574	(122.673)
Em curso	39.121	46.055	(25.981)	-	59.195
OE - vinculadas à concessão	(22)	(38.634)	-	-	(38.656)
	<b>67.500</b>	<b>13.636</b>	<b>(20.424)</b>	<b>574</b>	<b>61.286</b>
	<b>85.694</b>	<b>13.214</b>	<b>(36.742)</b>	<b>(194)</b>	<b>61.972</b>
<b>Descrição</b>	<b>2019</b>	<b>Adição</b>	<b>Transf.</b>	<b>Baixas</b>	<b>2020</b>
<b>Geração</b>					
Em serviço	36.832	-	(34.384)	-	2.448
Depreciação acumulada	(30.573)	(933)	30.099	-	(1.407)
Em curso	17.210	-	-	(57)	17.153
	<b>23.469</b>	<b>(933)</b>	<b>(4.285)</b>	<b>(57)</b>	<b>18.194</b>
<b>Administração/Distribuição</b>					
Em serviço	158.172	-	(17.428)	-	140.744
Depreciação acumulada	(95.729)	(27.634)	11.020	-	(112.343)
Em curso	47.530	41.478	(49.887)	-	39.121
OE - vinculadas à concessão	(2)	(20)	-	-	(22)
	<b>109.971</b>	<b>13.824</b>	<b>(56.295)</b>	<b>-</b>	<b>67.500</b>
	<b>133.440</b>	<b>12.891</b>	<b>(60.580)</b>	<b>(57)</b>	<b>85.694</b>

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

### Quadro de transferências - Ativo financeiro, contratual, intangível e imobilizado

As transferências são realizadas entre os grupos de Ativo financeiro, Intangível e Imobilizado, não somente dentro do próprio grupo. Dessa forma, as transferências devem ser visualizadas no conjunto dos grupos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2021	2020
Ativo financeiro	-	(230.337)
Ativo contratual	12.111	(932.348)
Intangível	24.631	1.223.265
Imobilizado	(36.742)	(60.580)
	<b>-</b>	<b>-</b>

### 25 Análise do valor de recuperação de ativos não financeiros

Para o exercício de 2021, com base nas premissas adotadas e nos cálculos, apurou-se um excesso do valor uso comparado ao valor contábil do ativo intangível de R\$ 453.268, não havendo necessidade de provisão por *Impairment* do Contrato de Concessão nº 01/2019.

As premissas do fluxo de caixa estão alinhadas com a norma contábil NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade realizadas e projetadas foram:

- Fluxo de caixa real (sem inflação).
- Data-base do teste: 31 de dezembro de 2021.
- Dados de 31 de dezembro de 2021.
- Período da análise: de 1º de janeiro de 2022 até 10 de abril de 2049.
- Taxa de desconto: WACC 7,02% a.a. em termos reais, conforme definido pela ANEEL para as empresas distribuidoras.
- Considerado Capital de giro e sua variação no fluxo de caixa.
- Investimentos previstos no “Plano de Resultados 2022-20230”
- Premissa de mercado: mercado previsto no “Plano de Resultados 2022-2030”, com crescimento médio da energia injetada de 2,2% a.a. considerando as perspectivas da economia amazonense.
- Tarifa: utilizada a última tarifa homologada pela ANEEL e novas projeções para as revisões tarifárias ordinária (em 2023 e 2028) e os reajustes periódicos (em 2022, 2024, 2025, 2026, 2027, 2029, 2030).
- Impostos e deduções da receita: utilizadas as mesmas alíquotas efetivas ocorridas em 2021.
- Encargos setoriais: utilizadas as informações do reajuste homologado em 2021 e projeções de 2022 a 2030.
- Encargos de Uso do Sistema: utilizadas as informações do reajuste homologado em 2021.
- Perdas: utilizado o cenário considerado no “Plano de Resultados 2022-2030” (plano de combate às perdas), o qual prevê uma queda substancial nas perdas atingindo os níveis regulatórios em 2023.
- Compra de energia:
  - Preço: utilizada a tarifa média de compra de energia dos contratos.
  - Quantidade: utilizar a energia efetivamente contratada e comparar com a energia necessária (mercado + perdas), se tiver sobrecontratado vender o excedente nos mecanismos de venda MCSD, MVE e MCP; se tiver subcontratado comprar no MCP.
- PLD: previsão de 1 ano para cada submercado informado pela CCEE.
- PMSO: utilizado os valores previstos no “Plano de Resultados 2022-2030”;
- Provisões: dados realizados até 31 de dezembro de 2021 e novas projeções com base no “Plano de Resultados 2022-2030”.

### 26 Fornecedores

<b>Descrição - Circulante</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Encargos do Uso da Rede Elétrica	16.434	13.180
Fornecedores de energia (a)	955.961	589.339
Materiais e Serviços	184.714	247.692
Parcelamentos (b)	32.662	1.520.960
Outros	285	-
	<b>1.190.056</b>	<b>2.371.171</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.190.056</b>	<b>1.182.723</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.188.448</b>

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As obrigações com fornecedores decorrem da compra de energia elétrica para revenda, compra de combustíveis e pelo fornecimento de materiais e serviços.

- a) Esta rubrica representa os contratos de Compra e Venda de Energia para a Companhia, destacando principalmente o fornecimento da AmGT no montante de R\$ 350.149.
- b) Refere-se ao saldo de parcelamento dos acordos que foram firmados em face dos PIES terem logrado êxito em ação judiciais em desfavor da Companhia, que por indisponibilidade de liquidez, motivou uma negociação nos autos dos processos para realizar o pagamento parcelado.

Destaca-se ainda que, para uma melhor apresentação, a Companhia reclassificou para o grupo Empréstimos e Financiamentos os valores relativos aos Instrumentos de Confissão de Dívida – ICDs, entre a Amazonas Energia S.A. e a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A – AmGT, cuja causa principal da dívida decorre de sobrecontratação involuntária.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos	Encargos (%)	2021			2020 (Reapresentado)		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
RGR	7%	154.773	341.284	496.057	5.603	36.938	42.541
RGR	7%+CRC <sup>1</sup>	1.189	1.959	3.148	1.043	44.376	45.419
RO	CDI+3%	316.452	3.684.930	4.001.382	36.335	3.968.897	4.005.232
RGR – Designação (a)	5%	-	-	-	-	2.387.868	2.387.868
(-) AVJ - Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-	(1.660.321)	(1.660.321)
Financiamento Bradesco	0,79% a.m.	658	-	658	1.269	424	1.693
Parcelamento Eletronorte	CDI+2,75%	413.549	1.286.400	1.699.949	-	-	-
Parcelamento Breitener	SELIC+124,75%	100.593	320.780	421.373	-	-	-
Financiamento Itaú (b)	SELIC	535.486	669.357	1.204.843	382.217	859.988	1.242.205
Machado Meyer	IPCA-E+0,5% a.m.	26.605	42.125	68.730	-	-	-
		<b>1.549.305</b>	<b>6.346.835</b>	<b>7.896.140</b>	<b>426.467</b>	<b>5.638.170</b>	<b>6.064.637</b>

(1) Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculado sobre o saldo não desembolsado do crédito.

**(a)** RGR Designação: A Companhia possuía ativo financeiro setorial correspondente ao empréstimo do recurso RGR (Reserva Global de Reversão), aprovado pela ANEEL, repassado pela CCEE. O empréstimo foi aprovado devido à necessidade de recursos extraordinários durante o período em que a Companhia foi considerada pela ANEEL como Distribuidora Designada, atuando como prestadora de serviços até a sua privatização. A lei 14.120 de 1 de março de 2021 em seu § 12 do art.2º, extinguiu a obrigação da concessionária do pagamento do empréstimo. (vide Nota Explicativa nº 19).

**(b)** Financiamento Itaú: Trata-se de dívida vinculada ao ativo da MP 855/2018 (vide Notas Explicativas nº.3.1 e 18).

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### A composição dos empréstimos tem seus vencimentos assim programados

	2021	2022
2021	-	426.467
2022	1.549.305	669.112
2023	1.464.243	662.985
2024	949.697	487.628
2025	632.603	392.073
Após 2025	3.300.292	3.426.373
	<b>7.896.140</b>	<b>6.064.638</b>

### 27.1 Movimentação dos empréstimos nos exercícios

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Eletrobras</b>				(Reapresentado)
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>42.981</b>	<b>4.777.758</b>	<b>84.738</b>	<b>4.637.599</b>
Transf. entre circulante e não circulante	311.633	(311.633)	(19.785)	19.785
Constituição	146.782	293.565	-	-
Encargos financeiros provisionados	252.079	-	252.422	172.524
Encargos financeiros pagos	(180.660)	-	(164.577)	-
Pagamentos	(30.652)	-	(49.547)	-
Imposto de renda	(47.868)	-	(35.395)	-
Imposto de renda (compensação)	(21.881)	(5.436)	(24.875)	-
IOF + Atualização Monetária	-	1.466	-	-
Ajuste a Valor Justo - AVJ	-	(727.547)	-	(52.150)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>472.414</b>	<b>4.028.173</b>	<b>42.981</b>	<b>4.777.758</b>
<b>Bradesco</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.269</b>	<b>424</b>	<b>2.540</b>	<b>-</b>
Transf. entre circulante e não circulante	424	(424)	(468)	468
Encargos financeiros provisionados	135	-	133	(44)
Encargos financeiros pagos	-	-	-	-
Pagamentos	(1.170)	-	(936)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(658)</b>	<b>-</b>	<b>1.269</b>	<b>424</b>
<b>Eletronorte</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Transf. entre circulante e não circulante	390.053	(390.053)	-	-
Constituição	499.187	1.576.307	-	-
Atualização Monetária	-	100.146	-	-
Encargos financeiros provisionados	61.844	-	-	-
Encargos financeiros pagos	(61.167)	-	-	-
Pagamentos de principal	(476.370)	-	-	-
	<b>413.548</b>	<b>1.286.400</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(continuação)	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante (Reapresentado)	Não Circulante
<b>Instituições Financeiras - ITAÚ</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>382.217</b>	<b>859.988</b>	<b>382.217</b>	<b>1.242.205</b>
Transf. entre circulante e não circulante	382.217	(382.217)	382.217	(382.217)
Constituição	153.269	191.586	-	-
Constituição	(382.217)	-	(382.217)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>535.486</b>	<b>669.357</b>	<b>382.217</b>	<b>859.988</b>
<b>Acordos Judiciais</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Transf. entre circulante e não circulante	7.637	(7.637)	-	-
Constituição	92.956	328.417	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>100.593</b>	<b>320.780</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Honorários – Acordos Judiciais</b>				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Transf. entre circulante e não circulante	2.217	(2.217)	-	-
Constituição	26.605	44.342	-	-
Pagamentos de principal	(2.217)	-	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>26.605</b>	<b>42.125</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.549.305</b>	<b>6.346.835</b>	<b>426.467</b>	<b>5.638.170</b>

### 27.2 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

A Companhia vincula a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, a satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura de alguns contratos. Durante o prazo de vigência dos mesmos e/ou até que os saldos devedores decorrentes destes instrumentos estejam totalmente quitados, a garantia pactuada poderá ser, a critério, objeto de revisão, complementação ou substituição, com o que a Companhia se compromete a atender a notificação da Eletrobras, sob pena de vencimento antecipado da totalidade da dívida. Ademais, nos contratos ECR-0284/2014, ECR-0289/2014 e ECF-3378/2019 há cláusula de vencimento antecipado em caso de falta de pagamento de quaisquer 2 (duas) parcelas consecutivas do principal do empréstimo ou da sua remuneração. Até 31 de dezembro de 2021 a Companhia atendeu todas as obrigações relativas aos seus contratos de dívidas.

### 27.3 Instrumentos de Confissão de Dívidas – AmGT

Trata-se dos Instrumentos de Confissão de Dívida – ICDs, entre a Amazonas Energia S.A. e a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A – AmGT, cuja causa principal da dívida decorre de sobrecontratação involuntária. Ao todo, foram firmados 4 Instrumentos de Confissão de Dívidas, quais sejam:

- (i) Instrumento firmado em 19/12/2019, no montante de R\$ 291.027, com carência de pagamento de principal até 31/10/2020 e amortização em 36 parcelas mensais.



## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Instrumento firmado em 30/10/2020, no montante equivalente a R\$ 841.178 com carência de 4 meses, e liquidação em 56 parcelas mensais com término em outubro de 2025;
- (iii) Instrumento firmado em 31/12/2020, no montante de R\$ 372.262, com carência de 4 meses e 36 parcelas mensais, até abril de 2024.
- (iv) Instrumento firmado em 28/07/2021, no montante de R\$ 808.750, com carência até 30/06/2022 e 60 parcelas mensais, iniciando o pagamento em 17/07/2022 e finalizando em junho de 2027.

Destaca-se que, os contratos citados nos itens “ii” a “iv”, preveem que na hipótese de a AMAZONAS ENERGIA deixar de pagar quaisquer das parcelas pactuadas no contrato, com atraso superior a 30 (trinta) dias, incorrendo em inadimplência efetiva, não solvida por qualquer dos mecanismos de garantia, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a AMAZONAS ENERGIA será inscrita no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL e nos demais órgãos de proteção ao crédito, bem como (ii) a critério da AMAZONAS GT, a dívida poderá ser considerada totalmente vencida antecipadamente, sujeitando-se, ainda, a AMAZONAS ENERGIA à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor da Dívida Total monetariamente corrigido pela taxa média de juros correspondente aos últimos 12 (doze) meses ao vencimento antecipado, pro rata die, até a data do efetivo pagamento, além de custas e honorários

Ademais, em cláusula contratual, a Companhia comprometeu-se em utilizar recursos da CCC, do ressarcimento da Sobrecontratação, dos créditos da liquidação no Mercado de Curto Prazo (MCP) e na CCEE e dos créditos da Conta Covid para pagamento da dívida.

### 27.4 AIC Ressarcível – Eletrobras – Contrato de Ressarcimento

Trata-se do contrato de ressarcimento celebrado entre Eletrobras/Amazonas/Oliveira Energia, em novembro/2021, em que consta registrado um montante de R\$ 419.959 mil, devidos à vendedora (Eletrobras), a título de pagamento pelos Ativos Imobilizado em Curso – AICs ressarcíveis correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme itens 5.1, inciso XXI e 5.3, do Contrato de Compra e Venda de Ação e Outras Avenças, assinado em 10 de abril de 2019, resultado do Leilão 2/2018-PPI/PND/Amazonas Energia.

O montante mencionado está sendo ressarcido à Eletrobras em 36 parcelas mensais.

### 28 Obrigação sociais e trabalhistas

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Folha de Pagamento	4.152	4.852
Encargos Sociais – INSS	2.560	2.975
Encargos Sociais – FGTS	790	911
SESI/SENAI/FNDE	232	299
Adicional SENAI	19	-
Provisão de Férias	6.777	6.099
Provisão - Gratificação de Férias	3.100	5.284
<b>Total</b>	<b>17.630</b>	<b>20.420</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 29 Outros passivos

Descrição	Nota	2021	2020
Obrigação com companhia de energia		13.555	48.606
Multas Ambientais		-	400
Juros de Emp. Compulsório – ELETROBRÁS		715	715
Cont. de Iluminação pública arrecadada		3.971	16.003
Pesquisa & desenvolvimento - P&D	29.1	23.214	70.046
Programa de eficiência energética - PEE	29.1	36.487	148.174
Caução em garantia		327	327
Parcelamento Aneel		3.352	7.008
Outros Credores	(a)	32.295	104.815
<b>Total</b>		<b>113.916</b>	<b>396.094</b>
<b>Circulante</b>		<b>75.802</b>	<b>244.068</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>38.114</b>	<b>152.026</b>

(a) Montante de R\$ 89 milhões transferido para empréstimos e financiamentos (acordo judicial – parcelamento – honorários Machado Meyer).

#### 29.1 Encargos setoriais - Programas de pesquisa e desenvolvimento - P&D e programa de eficiência energética (PEE)

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das companhias concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica.

Conforme deliberado pelo Despacho ANEEL 904 de 30/03/2022, ao longo de 2021, a Companhia recolheu à CDE os saldos não comprometidos com os Passivos dos programas de P&D (R\$ 52.884) e PEE (R\$ 127.925), na data base de 31 de agosto de 2020

### 30 Provisões para causas judiciais e depósitos judiciais

Por natureza:	2021		2020	
	Provisões Judiciais	Depósitos Judiciais e Caução	Provisões Judiciais	Depósitos Judiciais e Caução
Trabalhista	217.033	124.726	249.434	137.088
Cíveis	555.306	85.513	869.441	127.550
Tributárias	275.516	18.462	268.399	93.171
Ambientais	203	-	165	-
Multas ANEEL	108.541	83.497	103.943	81.981
Bloqueio judicial	-	3.780	-	1.810
	<b>1.156.599</b>	<b>315.978</b>	<b>1.491.382</b>	<b>441.600</b>

#### 30.1 Natureza das causas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial,

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

**Trabalhistas e previdenciárias** - Consistem em ação movidas por empregados do quadro próprio e de empresas prestadoras de serviços, vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego.

**Cíveis** - A Companhia é parte em diversas ações cíveis, ligadas à relação de consumo, relativas a indenização por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, além de ação que têm por objeto ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos.

**Tributárias** - Os principais processos tributários envolvem compensação não homologadas de PIS e COFINS, cobranças de contribuição previdenciária indevida, autuação pela escrituração/extemporânea de créditos de ICMS, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia elétrica, cobranças de salário-educação de empregados, ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execução fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa da iluminação pública ou da COSIP paga.

### 30.2 Movimentação dos saldos

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

<b>Natureza</b>	<b>2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Transf.</b>	<b>2021</b>
Trabalhistas	249.434	127.158	(178.892)	19.333	-	217.033
Cíveis	869.441	303.828	(250.784)	90.239	(457.418)	555.306
Tributárias	268.399	2.312	(2.825)	7.630	-	275.516
Ambientais	165	63	(63)	38	-	203
Multas ANEEL	103.943	1.295	-	3.303	-	108.541
	<b>1.491.382</b>	<b>434.656</b>	<b>(432.564)</b>	<b>120.543</b>	<b>(457.418)</b>	<b>1.156.599</b>

<b>Natureza</b>	<b>2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Transf.</b>	<b>2020</b>
Trabalhistas	181.382	83.946	(36.731)	20.837	-	249.434
Cíveis	852.228	232.236	(366.729)	151.706	-	869.441
Tributárias	257.535	-	-	10.864	-	268.399
Ambientais	142	-	(1)	24	-	165
Multas ANEEL	101.081	-	-	2.862	-	103.943
	<b>1.392.368</b>	<b>316.182</b>	<b>(403.461)</b>	<b>186.293</b>	<b>-</b>	<b>1.491.382</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 30.3 Cíveis

No saldo de provisão para causas cíveis, destacam-se ação de cobrança, danos morais e materiais, ação civil pública por dano moral coletivo, ação regressiva, ação de cobrança de encargos moratórios em razão de atraso no pagamento de faturas.

### 30.4 Tributárias

Trata-se, principalmente, de 13 autos de infração (SEFAZ-AM), sendo 11 da AmE (2003-2016) e 2 da extinta CEAM (2006-2007), num total de R\$ 2.362.542, considerados como risco provável de perda. A Companhia obteve parecer jurídico de seus assessores externos, no qual foi considerado como perda provável apenas a parcela do principal e multa sobre as perdas não regulatórias do período de novembro de 2005 a dezembro de 2008, que atualizados em 31 de dezembro de 2021 equivalem a R\$ 265.509 (R\$ 261.778 em 2020), e para o restante do valor foi considerado como risco de perda possível (menor que 50%).

Os autos de infração foram lavrados para cobrança do valor dos créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia, em virtude de perdas técnicas e comerciais na transmissão e distribuição de energia elétrica. Nas defesas da Companhia, a tese sustentada é de que a legislação somente pode exigir o estorno das perdas extraordinárias à atividade, uma vez que as perdas ordinárias, por serem previsíveis, integram o preço da mercadoria vendida e, portanto, majoram a tributação pelo ICMS. Alega-se também que no caso específico da energia elétrica, a legislação prevê expressamente que as perdas, sejam elas técnicas ou comerciais, devem compor o valor da tarifa, sendo, assim, inerentes à atividade, de modo que a exigência de estorno não se justificaria. Classificam como risco de perda possível as perdas comerciais reconhecidas na tarifa (a SEFAZ entende que apenas as perdas técnicas seriam inerentes à atividade, posicionamento idêntico à RFB - Solução de Consulta nº 17 - COSIT).

### 30.5 Processos classificados como perda possível

<b>Natureza</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Trabalhistas	229.924	199.897
Cíveis (a)	1.825.164	1.586.877
Tributárias (b)	2.399.091	2.280.524
	<b>4.454.179</b>	<b>4.067.298</b>

#### a. Processos Cíveis

Destaca-se a existência de processos oriundos do apagão que atingiu os municípios de Iranduba e Manacapuru em julho/2019, ante o rompimento abrupto do cabo submerso que levava a energia elétrica a esses municípios. Mesmo mediante todas as ações tomadas pela Companhia para sanar os problemas envolvidos nesse apagão, surgiram diversos processos registrados contra a Companhia oriundas desse episódio e juntos somam o equivalente a R\$ 20.995, e novos processos decorrentes desse assunto podem surgir.

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **b. Processos Tributários**

São diversos processos relativos a tributos federais, estaduais e municipais que se encontram na esfera administrativa, destacando-se entre os principais:

- (i) Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas - SEFAZ, com vinte e quatro processos, no montante de R\$ 1.346.905 (R\$ 1.345.352 em 2020) impetrados pela cobrança de valores de créditos de ICMS aproveitados pela Companhia em vários exercícios, cujo custo efetivo não foi pela Companhia suportado, em razão dos subsídios recebido da CCC e outros créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia em virtude de perdas técnicas e comerciais na distribuição de energia elétrica.
- (ii) Um processo da Associação Brasileira Consumidores Água Energia Elétrica (ASSOBRAEE) no valor de R\$ 144.504 (R\$ 142.029 em 2020) referente à Ação civil pública visando declarar a nulidade da Portaria nº 45/86 do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), bem com pedido de restituição de todas as quantias cobradas pela Companhia com base nessa majoração de março a novembro de 1986.
- (iii) Um processo (AmE x ANEEL) no valor de R\$ 181.326 (R\$ 178.220 em 2020), referente a ação ordinária visando à recomposição financeira, por meio de reajuste tarifário, das perdas incorridas pela Companhia em decorrência do método de devolução do PIS e da COFINS embutidos na tarifa determinado pela ANEEL, bem como a anulação do auto de infração nº 075/2008-SFF.
- (iv) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, em 01 de abril de 2019, referente a fatos jurídicos compreendidos no período de 01/2014 a 12/2016, cujas as supostas infração cometidas seriam a insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS, considerando que a Companhia não ofereceu a tributação os valores recebidos a título de reembolsos da Conta de Consumo de Combustível (CCC), destinados à aquisição de combustíveis utilizados na geração de energia termelétrica, bem como dos demais gastos que compõe o Custo Total de Geração (CTG). O Auto de Infração lavrado totalizou o montante de R\$ 1.170.116. Em 27 de abril de 2019, a Companhia protocolou na RFB o devido processo de impugnação ao Auto de Infração lavrado. Em 01 de outubro de 2019, por meio do Acórdão 01-37.159 - 3ª Turma da DRJ/BEL, os membros da 3ª Turma de Julgamentos, por unanimidade de votos, julgaram procedentes em partes os argumentos apresentados na impugnação, devendo, no entanto, ser cancelados em sua totalidade os débitos constituídos nos autos de infração em função da cobertura de créditos existente. Ademais, tal Acórdão foi submetido à apreciação do CARF, por força de recurso necessário e aguarda julgamento.

### **Ativo contingente**

Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS:

Em 22/01/2019, a companhia impetrou um pedido de liminar com sentença em Mandado de Segurança, objetivando: a) em sede de liminar, a suspensão da exigibilidade do PIS e da COFINS incidentes sobre a parcela relativa ao ICMS incidente nas operação de venda de mercadorias; b) No mérito, reconhecer o direito líquido e certo de excluir da base de cálculo do PIS/COFINS a parcela do ICMS incidente nas suas operação, retroagindo aos últimos 5

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

anos, determinando que a autoridade impetrada se abstenha de qualquer cobrança a tal título; c) Assegurar à impetrante o direito líquido e certo à compensação, pela via administrativa, de todos os valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos até o trânsito em julgado da presente ação mandamental, a título das contribuição PIS/COFINS sobre a parcela do ICMS incidente nas suas operação e constantes das notas fiscais, atualizados pela taxa SELIC ou outro índice que vier a substituí-la; d) Declarar, em conformidade com o entendimento firmado no Recurso Extraordinário nº 574.706, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuição em voga, corresponde ao montante destacado na Nota Fiscal (ou documento equivalente), ao contrário do que sustenta a RFB através da Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/2018.

Não há reconhecimento no balanço da Companhia de qualquer valor relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, em virtude de não ter havido decisão definitiva em esfera judicial (trânsito em julgado). Ademais, a estimativa da Companhia é que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, reflita uma redução tributária líquida no montante de R\$ 107.796 mil (R\$ 19.228 de PIS e R\$ 88.568 de COFINS).

### **31 Capital social**

Em 10 de abril de 2019, conforme AGE, foi realizada a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ação e transferência do controle acionário de aproximadamente 90% das ações do Capital Social para Consórcio formado pelas empresas Oliveira Energia S.A. e Atem's Distribuidora de Petróleo S.A., as quais passaram a deter 90% do seu capital social. Com isso o Capital Social da Amazonas Energia passou de R\$ 4.610.171 em 2018 para R\$ 11.146.577 em abril de 2019.

Conforme Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, em agosto de 2019 finalizou-se o processo de aquisição de ação pelos empregados e aposentados com a transferência efetiva pela Eletrobras das ações adquiridas, além daquelas ações que foram subscritas considerando o direito de preferência para acompanhar o novo controlador no aumento de capital. Assim, os empregados e aposentados passaram a deter 8,93% do Capital Social da Companhia. A Eletrobras ficou apenas com 1 ação (R\$ 0,57) e o Capital Social integralizado passou a ser R\$ 11.146.667.

Conforme Resolução CPPI nº 20/2017, o novo controlador terá a obrigação de recomprar, no prazo de três anos contados da data de assinatura do Contrato, as ações adquiridas pelos Empregados e Aposentados da Companhia, caso estes queiram vendê-las, desde que tais ação tenha sido adquiridas no âmbito da Oferta aos Empregados e Aposentados e/ou mediante a subscrição de novas ação.

Em 30 de novembro de 2020, foi assinado o Termo de Transferência de Ação em que o acionista Atem's Distribuidora de Petróleo S.A transferiu o montante de 7.070.554.021 (sete bilhões, setenta milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil e vinte e uma) de ação ordinárias e sem valor nominal de emissão da Amazonas Energia S.A, de que é proprietária, com todos os direitos e obrigação constantes do Estatuto Social para o acionista Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2021, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	R\$ mil	Participação (%)	Quantidade
Oliveira Energia S.A.	10.151.152	91,13	17.676.383
Empregados e aposentados	995.515	8,87	1.720.071
	<b>11.146.667</b>	<b>100,00</b>	<b>19.396.454</b>

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### 32 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada como segue:

Fornecimento - descrição	2021	2020	Δ%
Residencial (a)	1.909.413	1.753.248	8,9
Industrial (a)	445.592	404.686	10,1
Comércio, serviços e outros (a)	1.012.917	834.124	21,4
Rural (a)	48.616	42.070	15,6
Poder Público (a)	364.337	312.708	16,5
Iluminação Pública (a)	96.112	92.979	3,4
Serviço Público (a)	54.589	43.172	26,4
Energia Elétrica na CCEE (b)	1.653.959	670.185	146,8
Não faturado	20.132	6.977	188,6
Receita ultrapassagem de demanda e excedente reativo (c)	(18.211)	(29.197)	(37,6)
	<b>5.587.456</b>	<b>4.130.952</b>	<b>35,3</b>
<b>Tarifa – Cons. Livres - TUSD (d)</b>	<b>304.862</b>	<b>314.729</b>	<b>(3,1)</b>
<b>Outras Receitas</b>			
Construção	479.493	386.832	23,9
Ativos e passivos regulatórios - CTG 08 (e)	118.001	435.714	(72,9)
Outros	209.016	210.446	(0,7)
	<b>806.510</b>	<b>1.032.992</b>	<b>(21,9)</b>
<b>Deduções</b>			
PIS	(113.847)	(57.023)	99,6
COFINS	(300.421)	(262.652)	14,4
P&D e PEE	(51.479)	(44.073)	16,8
CDE	(118.709)	(98.319)	20,7
Taxa Fiscalização Aneel	(9.455)	(4.153)	127,7
	<b>(593.911)</b>	<b>(466.220)</b>	<b>27,4</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>6.104.917</b>	<b>5.012.453</b>	<b>21,8</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fornecimento - Descrição	Não auditados					
	Nº de Consumidores			Mwh		
	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%
Residencial	822.538	906.760	(9,1)	1.933.937	1.690.928	(15,1)
Industrial	2.184	2.546	(14,5)	442.051	395.328	(15,6)
Comércio, serviços e outros	76.588	80.297	(5,2)	995.177	783.550	(7,1)
Rural	40.609	44.070	(6,8)	71.300	58.701	(9,5)
Poder Público	9.068	9.795	(7,6)	429.640	343.014	(11,2)
Iluminação Pública	717	666	7,5	187.610	152.268	(2,3)
Serviço Público	1.697	930	80,3	74.272	53.928	1,2
	<b>953.401</b>	<b>1.045.064</b>	<b>(8,8)</b>	<b>4.133.987</b>	<b>3.477.718</b>	<b>18,9</b>

- (a) O aumento na receita é reflexo do reajuste médio nas tarifas a partir de 01/nov/2020 que foi de 5,31%, conforme Resolução Homologatória 2.795/2020.
- (b) O aumento é reflexo das operações de venda da energia excedente (sobrecontratação) na Câmara de Comercialização, na modalidade Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE.
- (c) O montante a devolver refere-se à reversão de receita obtida através do faturamento aos clientes finais de penalidades por ultrapassagem dos limites contratados para demanda e excedente de reativo. Os valores dessa receita foram transferidos para a conta de obrigação setoriais e serão utilizados como redutor da Parcela B, no próximo ciclo de reajuste tarifário.
- (d) Receita proveniente de grandes consumidores que estão conectados ao sistema elétrico da Companhia na condição de “livres”, a referida receita remunera a utilização da rede de distribuição especificamente no que diz respeito ao transporte da energia adquirida no Sistema Interligado Nacional. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.
- (e) Referem-se a valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros, principalmente, a constituição de valores a receber de Sobrecontratação (energia excedente).

### 33 Custo com energia elétrica

A Companhia, para atendimento aos seus consumidores, mantém contrato com diversas empresas, comprando energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Descrição	2021	2020
Compra de Energia (a)	5.688.121	4.385.962
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	615.496	284.158
Comercialização de Energia Elétrica - curto prazo	1.754.444	1.465.655
Aluguel de Grupos Geradores (a)	96.638	130.537
Proinfra	53.546	40.684
	<b>8.208.245</b>	<b>6.306.996</b>



## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O fator que contribuiu significativamente para o aumento da compra de energia foi a entrada em operação dos PIEs do interior. A Companhia está deixando de atuar na atividade de geração, passando a comprar energia no leilão, ao preço licitado, cujo reembolso pela CCC/CDE será de forma integral, o que ultrapassar o custo do ACR. Neste sentido, a redução nos custos com aluguel de grupos geradores também tem influência direta da entrada em operação dos PIEs do interior.

Por meio das Resolução Autorizativas ANEEL nº 6.530, 6.531, 6.532, 6.533, 6.534, 6.536, 6.537, de 25 de julho de 2017, as empresas vencedoras de leilões foram autorizadas a se estabelecerem como PIEs, para atendimento aos sistemas isolados do estado do Amazonas, mediante a implantação e exploração das centrais geradoras termelétricas dos Grupos A e B.

A partir de maio de 2019, com a entrada em operação dos PIEs, o sistema de geração de energia passa a ser de responsabilidade do PIE, no qual atenderá 87 localidades do interior do Estado.

O não cumprimento das datas previstas em contrato, por situação e fatores diversos tem levado tais fornecedores a justificar o atraso junto à ANEEL que analisará os pleitos efetuados. À Amazonas Energia cabe aplicar as devidas penalidades, somente quando da efetiva entrada em operação de cada PIE.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia já estava com 74 Localidades com PIEs em operação comercial, sendo 40 PIEs da Oliveira Energia; 27PIEs da Aggreko e Brasil Biofuels; 5 VP Flexgen;1 da Powertech e 1 da AMGT.

Um outro fator que agregou aumento a esta rubrica é explicado pelos efeitos do decreto nº 40.628, de 02 de maio de 2019 que atribuiu as empresas geradoras de energia elétrica, na condição de sujeito passivo por substituição, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS incidente nas operações com energia elétrica impactando nas operações com as distribuidoras.

### 34 Custo de operação e receitas e (despesas) operacionais

#### 34.1 Custo de operação

Descrição	2021	2020
Pessoal (a)	(132.412)	(176.485)
Material	(26.311)	(24.925)
Serviço de terceiros (a)	(338.435)	(449.837)
Combustível p/produção de Elétrica (b)	(515.320)	(597.919)
(-) Recuperação de despesa CCC (c)	3.565.900	3.224.049
Depreciação e Amortização Acumulada	(64.243)	(61.030)
Outras despesas operacionais (34.2)	451.822	(297.293)
<b>Total</b>	<b>2.941.001</b>	<b>1.616.560</b>

- (a) Redução em reflexo às ações de gestão para adequação dos custos aos patamares regulatórios.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) A redução na rubrica de custo com combustíveis está atrelada ao fato da entrada em operação comercial de vários Produtores Independentes de Energia – PIEs, em contrapartida, o ressarcimento com o custo de compra de energia aumentou em função dos reembolsos dos Contratos de Compra de Energia no Sistema Isolado – CCESI, oriunda dos PIEs.
- (c) A subvenção CCC reembolsa a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A subvenção CCC reembolsa a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN. Na Companhia, os seguintes custos são objeto de reembolso pela CCC:

- Combustível;
- O&M dos custos de geração própria, incluindo a locação de grupos geradores;
- Contratos de Comercialização e Venda de Energia Elétrica – CCVEs com a AmGT e BK Energia;
- Contratos de Potência e Energia Elétrica – CPEEs com a AmGT; e
- Contratos de Comercialização de Energia no Sistema Isolado – CCESIs

### 34.2 Outras despesas operacionais

Descrição	2021	2020
Arrendamentos e aluguéis	(550)	(1.206)
Seguros	(1.050)	(1.159)
Recuperação de despesas (a)	530.648	281.210
Tributos	(2.329)	(1.479)
Consumo próprio de EE.	(8.603)	(9.091)
Indenizações judiciais	(6.624)	(28.906)
Penalidade transgressão dos indicadores DIC/FIC/DMIC/DRC/DRP	(32.740)	(35.081)
Diárias - viagem à serviço	(408)	(128)
Outras despesas (b)	(26.522)	(501.453)
<b>Total</b>	<b>451.822</b>	<b>(297.293)</b>

- (a) O aumento é reflexo do registro dos créditos extemporâneos de PIS/COFINS no montante de R\$ 546.086 mil (vide Nota Explicativa n°. 16).
- (b) Os valores 2020, estão impactados pelos registros relacionados a: i) Depreciação Complementar no montante de R\$ 282.245 mil; ii) Perdas na prescrição de créditos tributários no montante de R\$ 106.444 mil; iii) Reconhecimento de honorários de sucumbência relativos a processos que foram objeto de parcelamento, no montante de R\$ 89.000 mil.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 34.3 Custo de Construção

Aumento relacionado ao esforço da Companhia na aquisição/construção de novos ativos. Em 2021, a Companhia envidou esforços na execução do plano de CAPEX.

### 34.4 Receitas (despesas) operacionais

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Pessoal	(73.208)	(82.264)
Material	(27.868)	(916)
Serviço de terceiros	(76.454)	(78.680)
Depreciação e amortização acumulada	(11.333)	(13.801)
Provisões operacionais (34.5)	(203.959)	(136.848)
Outras despesas operacionais	(222.865)	(245.955)
Ganho lei nº 12.783 (a)	267.326	572.336
<b>Total</b>	<b>(348.361)</b>	<b>13.872</b>

(a) Valor Novo de Reposição – VNR – Para os ativos vinculados à concessão (ativos financeiros e ativos intangíveis), a Companhia avaliou o valor de recuperação desses ativos comparando-os com o valor da Base de Remuneração Regulatória – BRR definido pela ANEEL no processo de Revisão Tarifária Extraordinária (Nota Técnica nr.186/2020-SFF/ANEEL, de 20/10/2020). A BRR foi atualizada para 31/12/2021, bem como foram adicionadas/deduzidas as movimentações ocorridas no período de janeiro/2021 a dezembro/2021. Assim sendo, na Distribuição e Geração Associada o valor calculado pelo agente regulador mais movimentação é superior ao valor contábil e, portanto, a Companhia optou por realizar os ajustes dos ativos.

### 34.5 Provisões operacionais

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	(273.733)	(500.459)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	422.913	478.617
Perdas com clientes	(353.734)	(328.586)
Provisão para contingências judiciais	(190.425)	(316.183)
Reversão para contingências judiciais (b)	191.020	403.461
Provisão para perdas em estoques	-	78
Reversão de provisões (Créditos Tributários)	-	126.224
	<b>(203.959)</b>	<b>(136.848)</b>

(a) Em 2020, os valores estão impactados pelo ajuste de conciliação entre o contábil e o financeiro, no montante de R\$ 313.601 mil. Ao longo de 2021, a companhia revisitou seus controles internos vinculados ao contas a receber normal e ao parcelamento de modo a manter atualizada a PCLD.

(b) Em 2020, destaca-se a reversão no montante de R\$ 235.906 mil referente ao acordo firmado com as empresas Breitener Jaraqui e Tambaqui.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35 Resultado financeiro

Descrição	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicação financeiras	6.763	7.168
Acréscimo moratório s/energia vendida	74.529	75.020
Variação monetária ativa (a)	31.385	47.354
Ganhos pelo Valor da Indenização	25.868	21.466
Ativo e Passivos financeiros setoriais	50.179	-
Receita financeira de AVP	-	(52.150)
Ativo financeiro setorial – RGR	-	88.228
Juros; multas e descontos	4.392	3.657
Juros remuneratório CCEE	15.154	1.691
Atualização monetária Selic	3.897	17.882
Atualização monetária judicial	79	16.279
Operação com instrumentos financeiros derivativos	-	47.992
Outras receitas financeiras	22.552	1.817
(-) Tributos s/Receita Financeira	(12.364)	(16.421)
	<b>222.434</b>	<b>259.983</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária passiva	36.246	-
Encargos de dívidas (b)	419.414	425.035
Encargos de dívidas - Fornecedores	-	63.498
Atualização de ativos e passivos regulatórios	8.127	(5.191)
Juros; multas e descontos (c)	33.852	130.532
Despesa financeira de AVP	-	(52.150)
Atualização monetária judicial (d)	121.836	186.293
Operação com instrumentos financeiros derivativos	-	69.662
IOF	17	-
Perda de avaliação atuarial	504	-
Outras despesas diversas	169.426	5.719
	<b>789.422</b>	<b>823.398</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(566.988)</b>	<b>(563.415)</b>

- (a) Atualização dos recursos a receber dos fundos setoriais em decorrência de inadimplência no setor.
- (b) Referem-se a atualização das dívidas e financiamentos informados na Nota Explicativa nº. 27 – Empréstimos e Financiamentos.
- (c) Referem-se aos encargos com pagamentos intempestivos de fornecedores e tributos.
- (d) Relativo as atualizações dos processos contingentes, onde os processos cíveis e ambientais são atualizados pelo índice INPC + 1% ao mês de juros legal, os processos trabalhistas atualizados pela TR + 1% ao mês de juros legal e os processos tributários e regulatórios pela Selic.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 36 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

#### 36.1 Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisição e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total dos empréstimos	(7.896.140)	(6.064.637)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	139.475	148.583
<b>Dívida líquida</b>	<b><u>(7.756.665)</u></b>	<b><u>(5.916.054)</u></b>

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

<b>Ativos financeiros</b>	<b>Nível</b>	<b>Classificação</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
				<b>(Reapresentado)</b>
Caixas e equivalentes de caixas	1	Valor justo por meio do resultado	107.266	108.365
Consumidores		Custo amortizado	1.301.041	1.079.076
Concessionárias e permissionárias		Custo amortizado	206.793	420.325
Direitos de ressarcimento		Custo amortizado	1.528.724	1.592.802
Ativos financeiros setoriais		Custo amortizado	354.353	1.425.751
Ativo financeiro		Custo amortizado	209.913	126.407
			<b><u>3.708.090</u></b>	<b><u>4.752.726</u></b>
<b>Valor justo</b>				
AIC indenizado e sobras físicas	1	Valor justo por meio do resultado	575.007	828.010
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	2	Valor justo por meio do resultado	32.209	40.218
			<b><u>607.216</u></b>	<b><u>868.228</u></b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	7.896.140	6.064.637
Fornecedores		Custo amortizado	1.190.056	2.371.171
Obrigação de ressarcimento		Custo amortizado	402.154	402.154
Passivos financeiros setoriais		Custo amortizado	365.714	519.997
			<b><u>9.854.064</u></b>	<b><u>9.357.959</u></b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Técnicas de avaliação e informação usadas:

- (a) **Caixas e Equivalentes de Caixas; Contas Bancárias Vinculadas e Ativos Regulatórios:** Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- (b) **Títulos e valores mobiliários - Curto e Longo Prazo:** usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- (c) **Consumidores:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- (d) **Ativos financeiros:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão.
- (e) **Direito de Ressarcimento:** São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como custo amortizado.
- (f) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variação monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- (g) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
- (h) **Obrigação de ressarcimento:** referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC e são valorizados a custo amortizado.
- (i) **Demais instrumentos financeiros:** os valores justos são similares aos seus valores contábeis, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; e (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa de CDI.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transação de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através

## **AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informação relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício de 2021.

### **36.2 Gestão de riscos financeiros**

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

#### **36.2.1 Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade de a Companhia contabilizar perdas em razão de oscilação das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos.

Este risco é mitigado pelo fato de a Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

#### *Análise de Sensibilidade*

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, dos indexadores SELIC, CDI e IPCA.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2021	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Provável 2021 <sup>1</sup>	(+25%) <sup>1</sup>	(+50%) <sup>1</sup>
Empréstimos obtidos - SELIC	499.206	45.677	57.097	68.516
Empréstimos obtidos - CDI	4.001.382	133.099	166.374	199.649
Parcelamentos - SELIC	1.626.873	148.859	186.074	223.288
Parcelamentos - CDI	1.699.949	56.546	70.682	84.819
Parcelamentos - IPCA	68.730	502	627	753
<b>Impacto no Resultado</b>		<b>384.683</b>	<b>480.854</b>	<b>577.025</b>
		<b>Provável (**)</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
SELIC		9,15%	11,44%	13,73%
CDI		3,33%	4,16%	4,99%
IPCA		0,73%	0,91%	1,10%

Descrição	2020	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Provável 2021 <sup>1</sup>	(+25%) <sup>1</sup>	(+50%) <sup>1</sup>
	(Reapresentado)			
Empréstimos obtidos-SELIC	817.201	15.445	19.286	23.209
Empréstimos obtidos-CDI	4.005.231	96.126	119.756	143.788
Parcelamentos - CDI	1.542.055	37.009	46.107	55.360
Parcelamentos - IPCA	32.662	441	552	663
<b>Impacto no Resultado</b>		<b>149.021</b>	<b>185.702</b>	<b>223.019</b>
		<b>Provável (**)</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
SELIC		1,89%	2,36%	2,84%
CDI		2,40%	2,99%	3,59%
IPCA		1,35%	1,69%	2,03%

(\*) A Companhia divulgou os empréstimos obtidos pelo CDI e SELIC que representam respectivamente 62,10% e 36,33% do saldo dos empréstimos.

(\*\*) Cotação das estimativas apresentadas do indexador CDI da pesquisa B3; do indexador SELIC e IPCA da pesquisa BACEN.

### 36.2.2 Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2021 é:



## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021
Caixa e equivalentes de caixa	(a.1)	107.266
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	(a.1)	32.209
Consumidores	(a.2)	1.301.041
Ativos financeiros setoriais	(a.3)	354.353
Outros ativos circulantes	(a.4)	66.162
Direito de ressarcimento	(a.5)	1.528.724
Ativo contratual	(a.3)	461.517
Ativo financeiro	(a.3)	209.913
		<b>4.061.185</b>

### (a.1) Caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias vinculadas e TVM

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituição financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

A Companhia realiza aplicação financeiras apenas em títulos permitidos pela União por ser Sociedade de Economia Mista e os saldos mantidos são de rotatividade quase que diária, portanto, considera o risco de crédito baixo.

### (a.2) Consumidores

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão, utiliza uma matriz de provisão para estimar suas perdas com clientes. O *aging* de clientes, bem como percentuais de perda por tipo de classe estão divulgados na nota explicativa nº6.

A Companhia entende que o risco de crédito de sua carteira não alterou significativamente, visto que os percentuais de perda observáveis historicamente por tipo de classe não tiveram oscilação relevantes, esses índices podem ser visualizados na nota explicativa nº 6.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- (i) Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- (ii) Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- (iii) Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- (iv) Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e
- (v) Cobrança judicial.

### (a.3) Ativo regulatório e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo financeiro da concessão).

### (a.4) Outros ativos

Referem-se a contas a receber com a Eletrobras que serão liquidados com as dívidas existentes após assinatura da transferência de controle acionário por força de lei, portanto a Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos.

### (a.5) Direito de ressarcimento

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os saldos reconhecidos na data base estão suportados por documentos emitidos pelo órgão regulador (ANEEL) que anuiu o reembolso desses créditos por força de lei decorrente da privatização.

### 36.2.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivo	Categoria	2021		2020	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
				(Reapresentado)	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	7.896.140	7.896.140	6.064.637	6.064.637
Fornecedores	Custo amortizado	1.190.056	1.190.056	2.371.171	2.533.918
Obrigação de ressarcimento	Custo amortizado	402.154	402.154	402.154	402.154
Obrigação estimadas	Custo amortizado	17.630	17.630	20.420	20.420

Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	2021			
	Menos de 1 ano	Superior a 1 e inferior 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.549.305	2.413.940	1.756.347	2.176.548
Fornecedores	1.190.056	-	-	-
Obrigação de ressarcimento	-	402.154	-	-
Obrigação estimadas	17.630	-	-	-

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	2020 (Reapresentado)			
	Menos de 1 ano	Superior a 1 e inferior 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	426.467	1.427.652	1.174.418	3.036.100
Fornecedores	1.182.723	1.188.448	-	-
Obrigação de ressarcimento	-	402.154	-	-
Obrigação estimadas	20.420	-	-	-

### 37 Cobertura de seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Seguradora	Risco	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio
Mongeral A. Seguros e Previdência	Vida	11/01/2021 a 11/01/2022	1.117 vidas	64
Mapfre Seguros	Engenharia	13/10/2021 a 13/10/2022	152.005	461

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia e de incêndio sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).

### 38 Benefício pós emprego

O programa de benefícios previdenciários tem como meta conceder aos empregados que vierem a se aposentar na AmE uma complementação que consiste entre a diferença do Salário Real de Benefício (base de cálculo dos benefícios de complementação de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e especial, valor correspondente à média aritmética simples dos últimos 36 (trinta e seis) meses, corrigidos pelo INPC) e a renda vitalícia obtida no regime geral da previdência social, sobre o qual o empregado e a AmE contribuem mensalmente para formação de um fundo capitalizado.

Os programas de benefício pós-emprego da Companhia podem ser assim classificados:

#### a. Plano de Contribuição Definida (CD) - Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano contempla os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotização individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

### b. Plano de Benefício Definido (BD) - Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD e CD está abaixo demonstrado:

<b>Dados Populacionais</b>	<b>BD</b>	<b>CD</b>
<b>1. Participantes ativos</b>		
1.1. Participantes - nº	13	1332
1.2. Idade Média	59,54	46,54
1.3 Salário Médio em R\$	15.268	8.346
<b>2. Aposentados</b>		
2.1. Participantes Aposentados - nº	34	-
2.2. Idade Média	66	-
2.3. Benefício Médio em R\$	6313	-
<b>3. Pensionistas</b>		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	12	-
3.2. Idade Média	72	-
3.2. Benefício Médio em R\$	1.897	-

### Hipóteses atuariais e econômicas

<b>Hipóteses Econômicas</b>	<b>BD</b>	<b>CD</b>
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,30%	
Projeção de aumentos médio dos salários	1,00%	1,00%
Taxa média de inflação anual	5,03%	5,03%
Duration (em anos)	10,01	-

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Hipóteses Demográficas</b>	<b>BD</b>	<b>CD</b>
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade de ativos / aposentados	AT-83 Feminina	AT-83 Feminina p/ sobrevivência e AT-49 desagravada em 2 anos para morte
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Desagravada em 2 anos Masculina	AT-49 Desagravada em 2 anos
Tábua de entrada de invalidez Hipótese sobre composição familiar	Alvaro Vindas HX Previnorte 2020	Alvaro Vindas -
Hipótese de entrada em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral

### 38.1 Exposição dos resultados

De acordo com as Normas Internacionais vigentes, foi utilizado o método do Crédito Unitário Projetado para a estimativa das obrigações de longo prazo. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

<b>Plano BD</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Obrigação no início do exercício</b>	<b>43.968</b>	<b>48.746</b>
Custo do serviço corrente	360	422
Reembolso do serviço corrente	(405)	(668)
Contribuição normais e extraordinárias dos participantes ativos	273	388
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	2.806	3.333
(Ganhos)/Perdas atuariais	12.815	(6.189)
(-) Benefícios pagos no ano	(3.087)	(2.064)
<b>Obrigação no final do exercício</b>	<b>56.733</b>	<b>43.968</b>
<b>Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício</b>	<b>54.037</b>	<b>49.910</b>
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	3.491	3.460
Contribuição normais e extraordinárias patronais	272	388
Contribuição normais e extraordinárias dos participantes ativos	274	388
(-) Benefícios pagos	(3.087)	(2.064)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	5.002	1.955
<b>Ativos Financeiros no final do exercício</b>	<b>59.992</b>	<b>54.037</b>
(Déficit)/Superávit apurado	3.259	10.069
<b>Passivo líquido ao final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Plano CD</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Obrigação no início do exercício</b>	<b>1962</b>	<b>2.755</b>
Custo do serviço corrente	408	345
Juros sobre a obrigação atuarial	128	185
(Ganhos)/Perdas atuariais	720	(1.154)
(-) Benefícios pagos no ano	(219)	(169)
<b>Obrigação no final do exercício</b>	<b>2.999</b>	<b>1.962</b>
<b>Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício</b>	<b>2902</b>	<b>8.076</b>
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	197	558
(-) Benefícios pagos	(219)	(169)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	3.406	(5.563)
<b>Ativos Financeiros no final do exercício</b>	<b>6.286</b>	<b>2.902</b>
(Déficit)/Superávit apurado	3.287	940
<b>Passivo líquido ao final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### Plano BD

<b>Custo/ (receita) do plano durante o exercício</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Movimentação do custo/receita		
(Ganho)/Perda a ser reconhecida em ORA	(64)	685
<b>Despesa/ (Receita) reconhecida durante o exercício</b>	<b>337</b>	<b>(296)</b>
Custo do Serviço Corrente	360	422
Reembolso do serviço corrente	(405)	(668)
Juros sobre a obrigação atuarial	2.807	3.334
Juros sobre o limite máximo do passivo/(ativo) oneroso	1.067	77
Rentabilidade sobre os ativos financeiros	(3.492)	(3.461)
<b>Obrigação no final do exercício</b>	<b>273</b>	<b>389</b>

### Plano CD

<b>Custo/ (receita) do plano durante o exercício</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Movimentação do custo/receita		
(Ganho)/Perda a ser reconhecida em ORA	(439)	(342)
<b>Despesa/ (Receita) reconhecida durante o exercício</b>	<b>439</b>	<b>342</b>
Custo do Serviço Corrente	409	345
Juros sobre a obrigação atuarial	128	186
Juros sobre o limite máximo do passivo/(ativo) oneroso	99	369
Rentabilidade sobre os ativos financeiros	(197)	(558)
<b>Obrigação no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 39 Partes relacionadas

### 39.1 Transação e saldos

A Companhia efetuou transação com partes relacionadas. As transações são realizadas a preços e condição definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que

## AMAZONAS ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas e estão classificadas conforme quadro a seguir:

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	2021			2020		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
	Compra de Serviços	-	-	(293)	-	361	(558)
	Compra de Material Aluguel de Grupos Geradores + Energia Comprada Sistema	-	-	-	74	36	-
Oliveira Energia Itam - Industria de Transformadores	Isolado	-	25.759	(695.649)	-	3.635	(628.544)
	Recuperação de Transformadores	-	4.919	(2.333)	-	566	(908)
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>30.678</b>	<b>(698.275)</b>	<b>74</b>	<b>4.598</b>	<b>(630.010)</b>

### 39.2 Remuneração dos administradores

O gasto total com a remuneração está demonstrado a seguir:

	2021	2020
Remuneração e encargos dos diretores e conselheiros	6.012	8.536
Benefícios	3.439	7.007
	<b>9.451</b>	<b>15.543</b>

## 40 Eventos Subsequentes

### 40.1 Resposta Plano de Resultados ANEEL

Ao longo dos primeiros 24 (vinte e quatro) meses após a sucessão societária, ocorrida em abril/2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, promoveu um monitoramento sistemático do desempenho dos indicadores da concessão, concluído pela Nota Técnica nº 63/2021 – SFE-SRD-SMA-SFF/ANEEL, que culminou na emissão do Ofício nº 351/2021–SFF/ANEEL por meio do qual o Regulador solicitou que a Companhia elaborasse um Plano de Resultado no aspecto econômico-financeiro e demonstrasse como pretendia equacionar a situação econômico-financeira da Concessão.

Nesse contexto, em 23 de dezembro de 2021, a Amazonas Energia apresentou o referido Plano de Resultados contendo a modelagem financeira, em planilhas, com os demonstrativos contábeis projetados até o ano de 2030, como o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto), nos termos da contabilidade regulatória na data base de 30 de setembro de 2020.

Em 18 de fevereiro de 2021, por meio da Nota Técnica nº 28/2022-SFF/ANEEL, o órgão Regulador apresentou o resultado da análise da modelagem financeira encaminhada, e emitiu o Ofício nº 39/2022-SFF/ANEEL, no referido ofício a ANEEL pronunciou-se pela aprovação do plano apresentado, contudo com ressalvas que devem ser justificadas até 01 de junho de 2022.

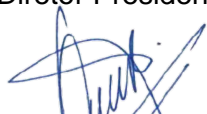
**AMAZONAS ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

AMAZONAS ENERGIA S/A


  
**MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN**  
Diretor Presidente

  
**ORSINE R. DE OLIVEIRA**  
Diretor Vice-Presidente


  
**RADYR GOMES DE OLIVEIRA**  
Diretor Técnico do Interior

  
**RODRIGO MOREIRA**  
Diretor Técnico da Capital

  
**CLÁUDIO MANUEL RIVERA MOYA**  
Diretor Comercial

  
**JOAQUIM ROBERTO RODRIGUES MOREIRA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e  
de Relação com Investidores

  
**MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA**  
Diretora Regulatória e Jurídica

  
**CLEONICE ARAUJO DE SALES**  
Contadora - CRC- AM 010393/O-7

\*\*\*\*\*

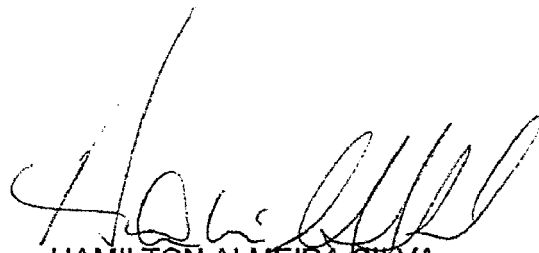


## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Amazonas Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas, e o Relatório de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Relatório emitido pela Crowe Macro Auditoria e Consultoria (Auditores Independentes), em 08/04/2022, sobre o qual, por importante, compete destacar o teor do parágrafo "Ênfase - Continuidade Operacional", opina que - observados todos os aspectos enfatizados pelos Auditores Independentes, conforme mencionado - os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Manaus (AM), 08 de abril de 2022.

  
AIRTON ÂNGELO CLAUDINO  
Presidente do Conselho Fiscal

  
HAMILTON ALMEIDA SILVA  
Membro do Conselho Fiscal

  
CEZAR ANTONIO BORDIN  
Membro do Conselho Fiscal

  
MARISE GRINSTEIN  
Membro do Conselho Fiscal

  
PEDRO NEVES MARX  
Membro do Conselho Fiscal